Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa
e de Assistência Social
BUNKYO

HTTP://www.bunkyo.org.br

Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais **Nº 4 Julho 2016**

Apresentação

A edição Nº 4 do Boletim Empresarial contem seis textos e dois anexos. Os textos oferecem subsídios para a compreensão das causas da crise do país. Relatam a possibilidade de superar a situação atual e a existência de oportunidades de negócios.

1. Petróleo, Energia Renovável e Economia - O texto resumo da palestra proferida pelo Dr, Shigeaki Ueki no Bunkyo em 23/03/2016, faz análise da situação econômica do país de alguns anos atrás e a atual. Relata que no momento difícil do país existem e cita algumas medidas que poderiam ser adotadas para sair da crise **2**

2. Economia Brasileira – uma tragédia anunciada - Dr. Lauro Modesto Santos Jr. faz a resenha como o país chegou a atual recessão. Apresenta as medidas de estímulos intervencionistas adotadas na economia de 2011 a 2014. No entanto os investimentos não aconteceram. Por quê? O autor relata a razão **5**

3. Indonésia: Crescimento Econômico e Alguns de Seus Desafios - O texto da economista Maria Gorete da Silva relata os obstáculos existentes ao crescimento econômico da Indonésia. No entanto mostra a existência no país de vários setores que podem expandir e que o Brasil poderia se beneficiar incrementando a relação comercial com a Indonésia **15**

Bunkyo Empresarial registra homenagem ao diplomata Edmundo Fujita falecido em abril deste ano quando era Embaixador do Brasil na Coréia do Sul. Antes o diplomata foi Embaixador na Indonésia onde fez grande esforço para ampliar o fluxo comercial e de capital entre os dois países.

4. Notas sobre agricultura - prof. Akihiro Ikeda e dr. Isidoro Yamanaka fazem a resenha sobre os temas atuais da agricultura como os efeitos dos preços e a produção no cultivo de grãos, e os seus efeitos na criação de frangos e suínos. Bem como a recuperação e a preservação de pastagens no cerrado, prevenção de pragas, regeneração natural das matas, etc. **20**

5. WASHI, o Papel Japonês - arquiteta e artista plástica Cecília Massae Tamaki Suzuki relata sobre a história e a origem do WASHI. Conta as várias utilidades do Papel WASHI na decoração e a sua importância na restauração de livros e obras de arte, e perspectiva de negócios **26**

6. Brasil, China, Agricultura, Minério e Preços - prof. Akihiro Ikeda relata que o Brasil tem sofrido a deterioração de preços dos produtos exportados. Mostra a possibilidade que existe do Brasil incrementar o comércio de grãos e carne com a China nos próximos anos. A China vem se esforçando com o aumento de produtividade, mas sinaliza a restrição em ser auto-suficiente **31**

Notas – incluem dois Anexos.

ANEXO I: Alguns Indicadores da Economia Brasileira **40**

ANEXO II - Brasil e a Competitividade Global **46**

1. Petróleo, Energia Renovável e Economia

Shigeaki Ueki (*)

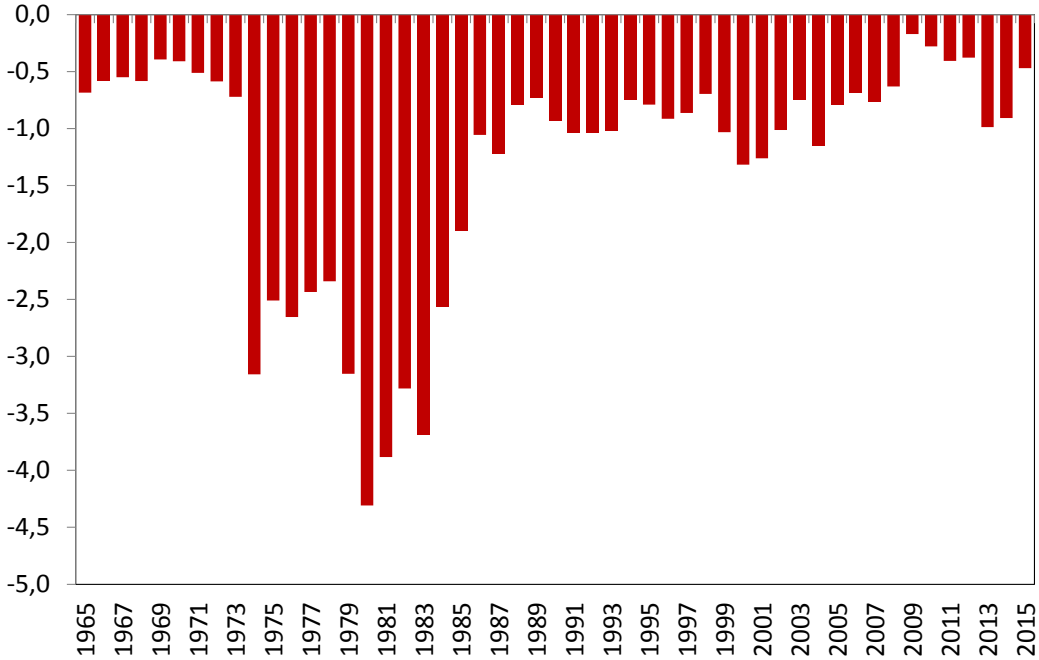
A iniciativa do Bunkyo de promover eventos para debater problemas relevantes e atuais do nosso país é altamente meritória. O texto abaixo é um resumo da minha palestra realizada no dia 23 de março no seu auditório.

Vários dados econômicos indicam que o nosso país tem se desenvolvido muito aquém da sua potencialidade e, assim, vai ampliando a sua distância para com os países desenvolvidos.

Quanto ao setor de energia, destoando do quadro geral, registramos um progresso bastante expressivo. Tornamo-nos auto-suficientes em petróleo e ampliamos significativamente a oferta de energia renovável como a hidroeletricidade, biomassa, energia eólica, solar, etanol, biodiesel, etc.

Durante as duas grandes crises da segunda metade do século passado, pelo fato de sermos muito dependentes de importação, a "conta petróleo" era altamente deficitária chegando a onerar quase 5% do PIB nacional. Em que pese o aumento da produção doméstica, mas pelo fato de não termos capacidade suficiente de refino, a conta petróleo continuou deficitária até o ano passado no nível de 1% do PIB. Nesses dois meses de 2016, pela primeira vez, o Brasil passou a ser superavitário.

Gráfico 1: Brasil - Saldo comercial de Petróleo e Derivados (% do PIB)



Fonte: BCB, Funcex

No passado, o aumento do preço de petróleo provocou efeitos negativos, mas agora, como exportador, temos que torcer para que o seu preço aumente para podermos buscar saldo cada vez mais favorável no balanço comercial e de pagamentos.

Em energia renovável, somos líderes no setor da hidroeletricidade e biomassa, pioneiros no biocombustível e estamos registrando avanços significativos em energia eólica dando os primeiros passos na área de energia solar.

Apesar dos dados positivos no setor energético, o Brasil encontra-se em uma grave crise, com uma alta taxa de desemprego, baixo nível de investimento e enorme desequilíbrio das finanças públicas. Desde 2014 o PIB vem caindo assustadoramente. Temos esperança de recuperarmos o PIB "per capita" que tínhamos em 2013, somente no ano de 2023, de acordo com vários economistas.

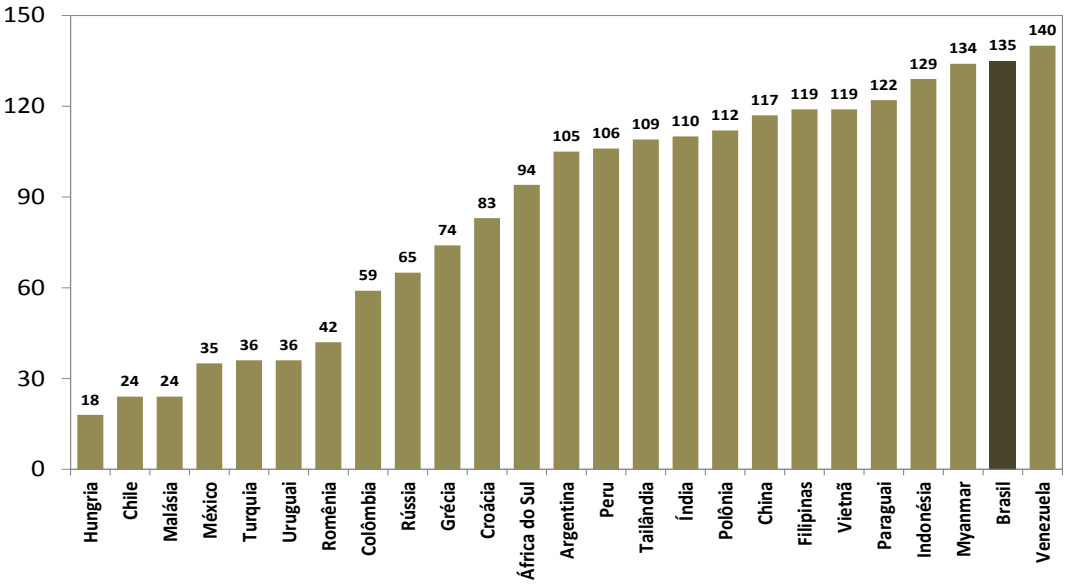
Em outras palavras, a economia brasileira de 2012/2013 foi uma "bolha", alimentada pelo crédito fácil e embalada pela alta de preços de produtos primários minerais e agrícolas, resultante da demanda aquecida da China.

A elevada venda de veículos e de outros bens duráveis, bem como de imóveis, etc. foi, sem dúvida, artificial e o país com endividamento maior, teve que aplicar uma taxa de juros que foi a mais alta do mundo. Hoje, temos um grande número de empresas e pessoas sem capacidade de pagamento e o setor público, neste ano, vai ser deficitário em mais de 10% do PIB.

Há solução para o nosso país? Lógico que há, mas medidas drásticas deverão ser tomadas para retomarmos um ritmo de crescimento que registramos na década de 1970.

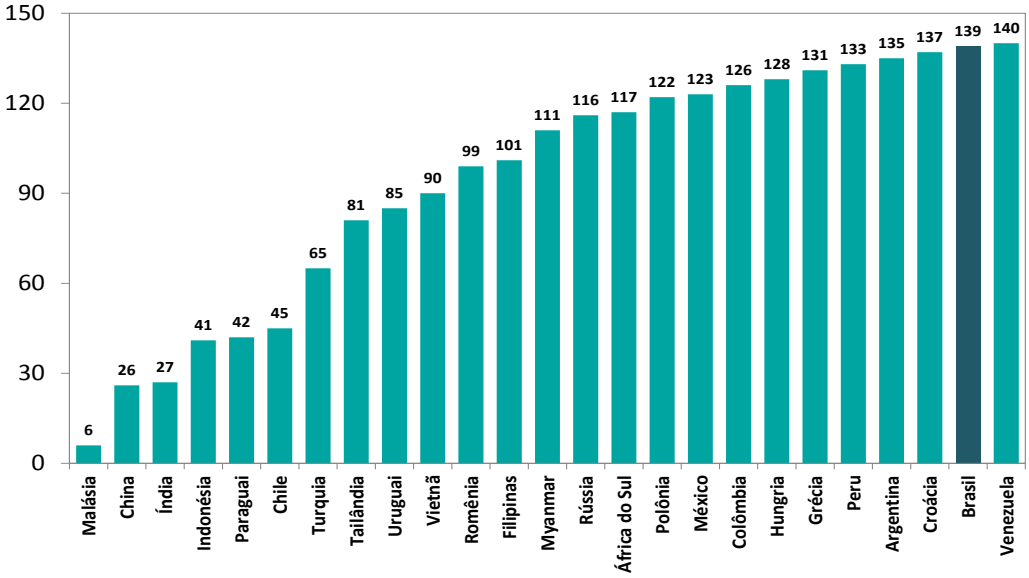
Entre outras medidas, o custo da burocracia (municipal, estadual e federal) deve ser cortado em mais de 30%. O atual custo não cabe no PIB brasileiro. Não somente o custo da burocracia afeta negativamente a nossa economia, mas o excesso de burocracia e a pesada carga da regulamentação governamental reduzem a competitividade e impedem o bom andamento dos negócios. À guisa de ilustração, vejam as péssimas posições ("rank") do Brasil relacionadas ao exagero da burocracia numa amostra de países emergentes. Mesmo com um corte de 30%, ainda ficará acima da média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento. Entre 140 países o Brasil, nos dois fatores abaixo, está em penúltimo lugar, sendo melhor apenas do que a Venezuela que está em último.

Gráfico 2: Número de dias para iniciar um negócio (rank 140 países)*



Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 *(1=melhor; 140=pior)

Gráfico 3: Carga da regulamentação do governo (rank 140 países)*



Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 *(1=melhor; 140=pior)

São levantamentos realizados sobre a competitividade dos principais países pelo World Economic Forum (The Global Competitiveness Report 2015/2016). O rank1 indica o país mais bem colocado e 140 o pior.

Para sermos competitivos, temos que reformar a legislação trabalhista, simplificar o sistema tributário, agilizar (diminuir) a burocracia, melhorar a educação e a infraestrutura, tornar mais realista as regras da previdência, privatizar as empresas sob controle estatal, inclusive a Petrobrás e Eletrobrás.

Enfim, seguir as duras lições que Portugal, Irlanda, Espanha e outros adotaram. Este ano, o nosso PIB "per-capita" vai ficar abaixo do chinês e em 2020, de acordo com alguns estudos recentes, vai ser inferior em 25%.

Num país com tantos recursos naturais e uma mão de obra trabalhadora é, simplesmente, constrangedor.

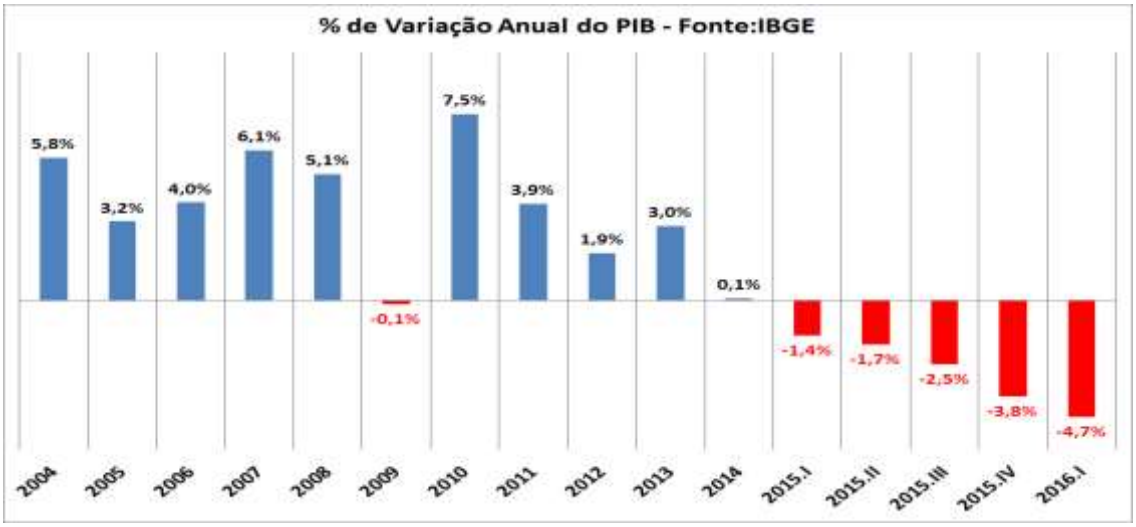
(*)Shigeaki Ueki - Advogado e Ex Ministro de Minas e Energia.

2. Economia Brasileira – uma tragédia anunciada

Lauro Modesto Santos Jr. (*)

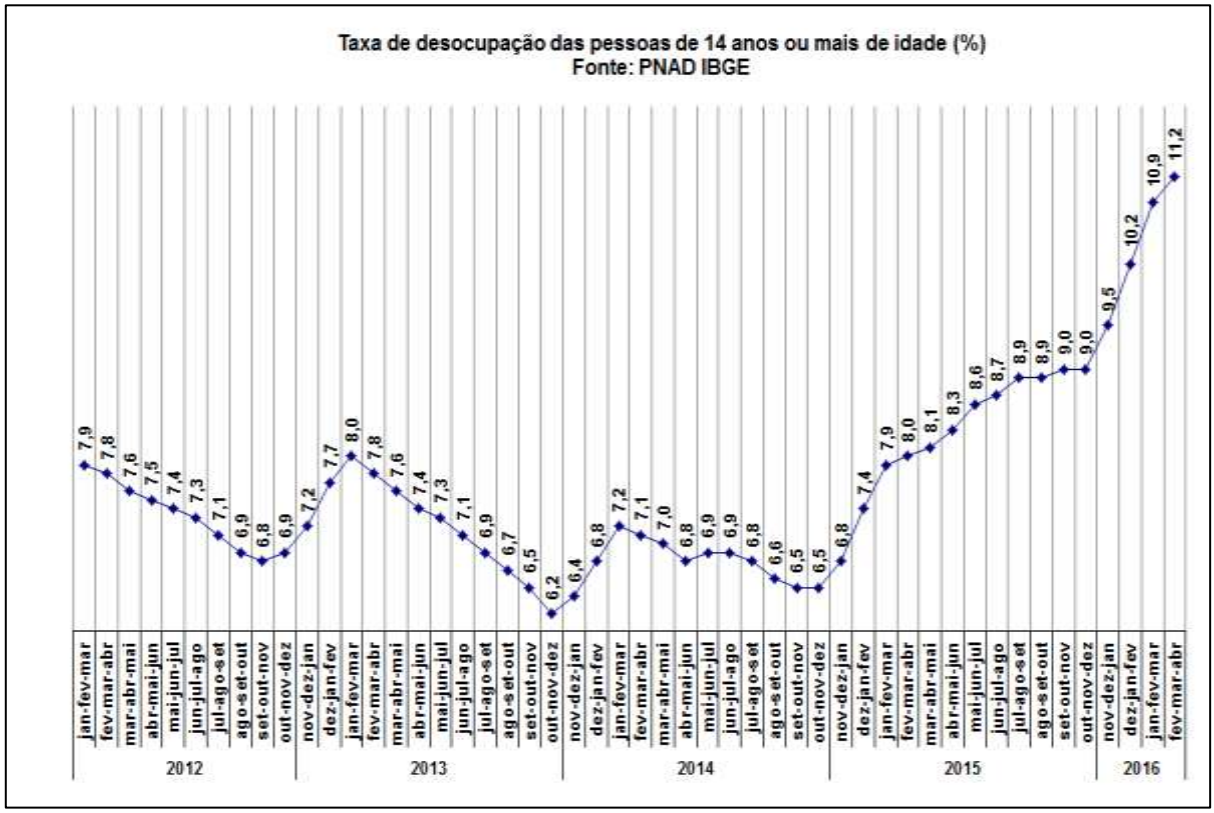
A economia brasileira vive a maior recessão de sua história, o PIB mostra retração nos últimos cinco trimestres consecutivos, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - PIB



O desemprego cresce a taxas de dois dígitos atingindo cerca de onze milhões de pessoas, Gráfico 2;

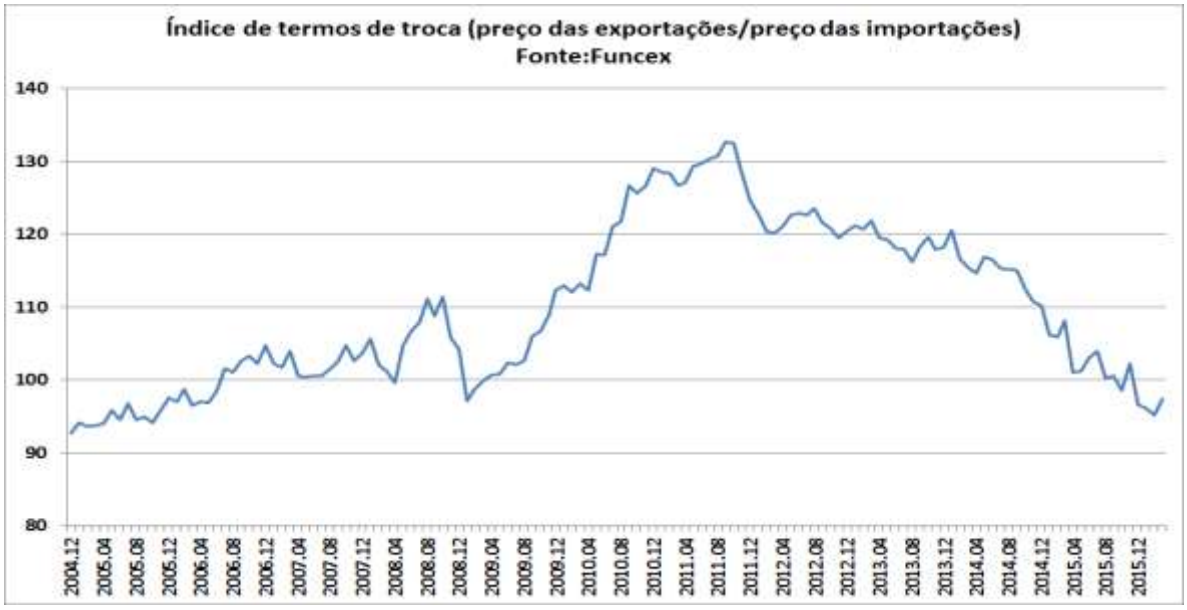
Gráfico 2 - Desemprego



Como chegamos a esse quadro tão crítico? Esse artigo tenta responder a essa questão[1].

Durante o período 2003 a 2008 a economia brasileira beneficiou-se de um panorama internacional bastante favorável, com preços de commodities em alta. A relação entre preços de exportação sobre preços de importações (termos de troca) nos beneficiou até o final de 2011, com pequena interrupção ao final de 2008, o que causou uma valorização do real em relação ao dólar (câmbio baixo) que permitiu uma inflação controlada, através da ampliação da oferta de produtos, tanto pelo aumento dos investimentos como pelas importações de produtos estrangeiros. Essas conquistas culminaram no recebimento do *investment grade* em abril de 2008.

Gráfico 3 – Índice de Termos de Troca (2006=100)



Com a crise financeira internacional ao final de 2008, a política econômica enveredou para uma política intervencionista com aumento de desembolsos do BNDES, diminuição da taxa de juros básica da economia (SELIC), em 12/2008 até 03/2010, e elevação dos empréstimos de bancos públicos. É certo que a política anticíclica adotada para combater a crise internacional revelou-se, em curto prazo, adequada o que permitiu que o PIB atingisse 7,5% em 2010.

Em 2011 assume Dilma, a política econômica anterior, apoiada no tripé macroeconômico de regime de metas de inflação, regime de taxa de câmbio flutuante e metas de superávit fiscal primário, vai sendo paulatinamente mudada. Essa nova política ficou conhecida como “nova matriz econômica”.

De um modo simplista pode-se dizer que a “nova matriz econômica” pretendia um crescimento econômico através de estímulos ao consumo e manutenção de taxa de juros baixa, com a expectativa de que essa maior demanda agregada criasse a sua própria oferta (o contrário da Lei de Say[2]). Na verdade os estímulos (intervenções na economia de mercado) foram muitos:

[1] Esse pequeno relato da economia brasileira expõe uma particular visão do autor sobre as políticas econômicas adotadas nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015) que, em meu entendimento, conduziram a uma crise econômica sem precedentes em nossa história econômica.

[2] A Lei de Say pressupõe que os requisitos para a existência de demanda efetiva pelas mercadorias se acham implícitos no próprio ato de produção das mesmas.

a) No ano de 2011:

- Desoneração da folha de pagamentos de quatro setores;
- Redução de 16,5% para 11% o requerimento de capital mínimo para empréstimos ao consumo;
- Corte de 20% para 15% o percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito;
- Redução de 3% para 2,5% da alíquota do IOF que incide sobre o crédito para o consumidor;
- Corte do IPI sobre eletrodomésticos da linha branca;
- Zera o PIS/Cofins sobre massas;
- Diminuição continuada da taxa SELIC meta, que estava em 12,5% em agosto de 2011 para 10,5% ao final de 2011.

b) No ano de 2012:

- Desoneração da folha de pagamentos é ampliada de 4 para 15 setores;
- Tesouro Nacional repassa R$ 45 bilhões ao BNDES;
- Forte redução das taxas de juros nas linhas PSI (plano de sustentação do investimento) e Finame (financiamento de máquinas e equipamentos) do BNDES;
- Banco Central libera R$ 18 bilhões do depósito compulsório dos bancos para financiamento de carros novos;
- Redução do IPI para indústria automotiva;
- Nova redução do IOF que incide sobre o crédito ao consumidor, de 2,5% para 1,5%;
- BNDES cria linha especial de R$ 20 bilhões ("Pró-Investe") para financiar os investimentos em infraestrutura dos Estados;
- Elevação do limite dos Estados para contratação de PPPs (parcerias público-privadas) de 3% para 5% da receita corrente líquida;
- Programa de R$ 8,4 bilhões em compras públicas de máquinas, equipamentos, material escolar, retro escavadeiras, materiais hospitalares, e fármacos;
- Redução da TJLP, a taxa básica dos empréstimos do BNDES, de 6% para 5,5%;
- Estímulos para financiamento habitacional e inclusão do setor de construção civil na desoneração da folha de pagamentos;
- Prorrogação do PSI (plano de sustentação do investimento) por mais um ano, e eleva essa linha do BNDES a R$ 100 bilhões;
- Medida Provisória 579/12 antecipando o fim das concessões do setor elétrico, que venceriam entre 2015 e 2017, e propondo prorrogação pelo prazo de até 30 anos; isso representava uma redução tarifária de cerca de 20% com queda das receitas das concessionárias;
- Diminuição continuada da taxa SELIC meta, que estava em 10,5% em dezembro de 2011 para 7,25% ao final de 2012.

c. No ano de 2013:

- Desoneração total de tributos federais dos produtos da cesta básica;
- Programa "Inova Empresa", com linha especial de crédito subsidiado da ordem de R$ 32,9 bilhões (entre Finep e BNDES) para financiar investimentos de seis setores em inovação;
- Inclusão de novos 14 setores na desoneração da folha de pagamentos;
- Redução de 5,6% para 1% na alíquota do PIS/Cofins para os fabricantes de matérias-primas para a indústria química;
- Zera o PIS/Cofins dos fabricantes de etanol. Além disso, há redução dos juros do BNDES, de 8,5% para 5,5%, para linha voltada a renovação dos canaviais;

- Pacote de R$ 3 bilhões para melhorar contas das prefeituras, e pedem em troca mais investimentos;
- Altera regras do FGTS, e amplia o teto para contrapartida de investimentos do PAC e do programa Minha Casa, Minha Vida;
- Manutenção da taxa SELIC meta em 7,25% até março de 2013 e elevação paulatina até 10% ao final de 2013.

d. No ano de 2014:

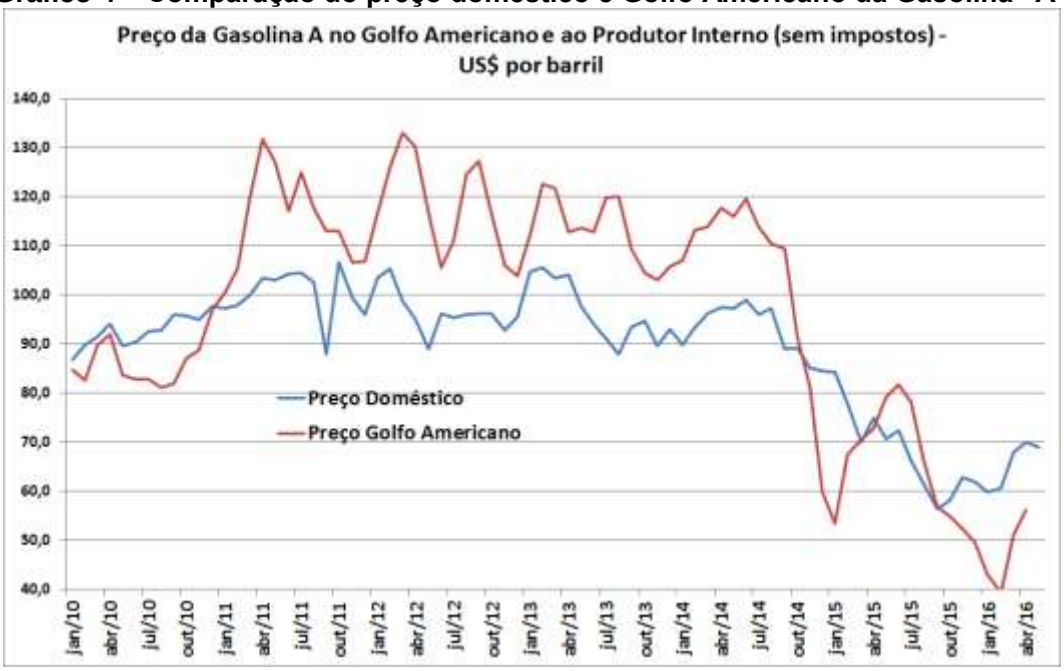
- Pacote de R$ 12 bilhões e leilão extraordinário de energia térmica para evitar aumentos na conta de energia;
- Reajuste dos benefícios do programa Bolsa Família;
- Instituição de alíquota única de 25% sobre preço para produto nacional nas compras governamentais e promessa de prorrogação do PSI (plano de sustentação do investimento);
- Prorrogação do IPI reduzido até dezembro para a indústria automobilística e moveleira;
- Isenção do IR sobre os ganhos de capital no investimento em ações de empresas pequenas e médias e prorrogação até o fim de 2020 da isenção do IR para debêntures destinadas a financiar infraestrutura;
- Liberação de R$ 30 bilhões em depósitos compulsórios aos bancos, para que estes ampliem o crédito e também comprem carteiras de instituições menores.

Como se percebe o Governo fez intervenções múltiplas em vários setores da economia. Dessas medidas destacam-se algumas, pelos seus efeitos deletérios. Em primeiro lugar, a decisão unilateral de revogar a concessão das empresas de geração e transmissão de energia elétrica para forçar uma diminuição de 20% na conta de energia. O efeito foi que as distribuidoras tiveram de recorrer ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços são bem superiores aos das empresas de geração, o que obrigou o Governo a repassar dinheiro para as distribuidoras para manter as tarifas de energia artificialmente baratas. Outro efeito colateral foi aumento do endividamento do Tesouro e desespero dos empresários, pelo prejuízo de alguns e insegurança jurídica de outros, pela quebra de contratos. Deve-se ainda salientar que a medida prejudicou enormemente os investidores minoritários da Eletrobrás, e de outras companhias de energia, que viram os preços de suas ações despencarem.

Em segundo lugar, o aporte, no período de 2011 a 2015, de R$ 460 bilhões do Tesouro para o BNDES, para financiar diversos programas o que aumentou de forma significativa a dívida bruta. A escolha arbitrária dos “campeões nacionais”, que levaram grande parte desse dinheiro, representou endividamento público, uma vez que o Tesouro capta com a taxa SELIC e empresta ao BNDES a juros bem menores em prazo longo, cerca de 30 anos. Esses repasses não aumentam, necessariamente, os investimentos uma vez que provavelmente as grandes empresas fariam o investimento de qualquer modo e não necessitavam de subsídios; além disso, a escolha um tanto arbitrária de “amigos do rei” não parece ser uma medida correta em termos de transparência e governança.

Em terceiro lugar a medida unilateral de manter os preços dos combustíveis muito abaixo do preço internacional, com a finalidade de manter a inflação artificialmente baixa. Essa decisão ocasionou prejuízos contínuos para a Petrobrás e para os acionistas minoritários que não tiveram como se proteger dos poderes do “império”. A decisão é ainda mais grave porque ela destruiu toda a cadeia produtiva do etanol, que não conseguia mais ser competitiva com os preços artificialmente baixos da gasolina. A medida teve, ainda, o efeito de induzir um maior consumo de combustíveis, seja pelos preços baixos da gasolina, seja pelo aumento da frota de automóveis, pelos cortes de impostos de veículos feita pelo mesmo Governo!. O Gráfico 04, a seguir, apresenta um comparativo de preços externo e doméstico da gasolina “A”.

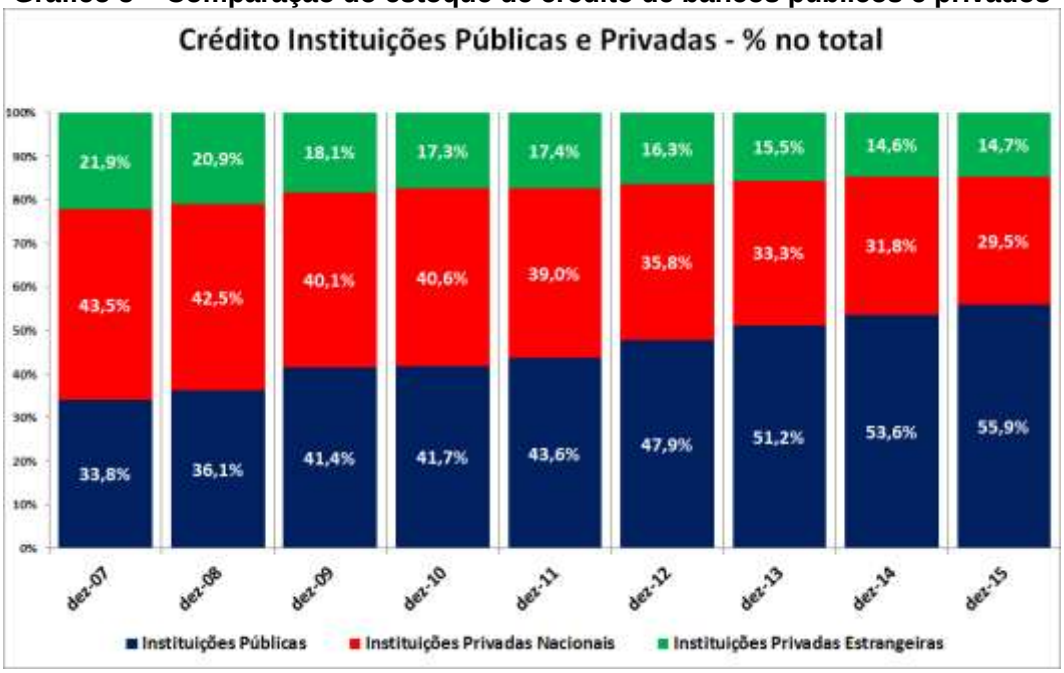
Gráfico 4 – Comparação do preço doméstico e Golfo Americano da Gasolina "A"



Fonte: ANP e Bloomberg

A última medida a destacar foi a manutenção de uma taxa de juros meta artificialmente baixa em 2012 e início de 2013 com oferta abundante de crédito a juros baixos, pelos bancos estatais causando grande expansão de crédito para consumo e investimento. A expansão do crédito em conjunto com o aumento das tarifas de importação fez com que a inflação começasse a incomodar e levou a grande endividamento das famílias. O Gráfico 05 a seguir apresenta a distribuição de crédito entre bancos públicos e privados.

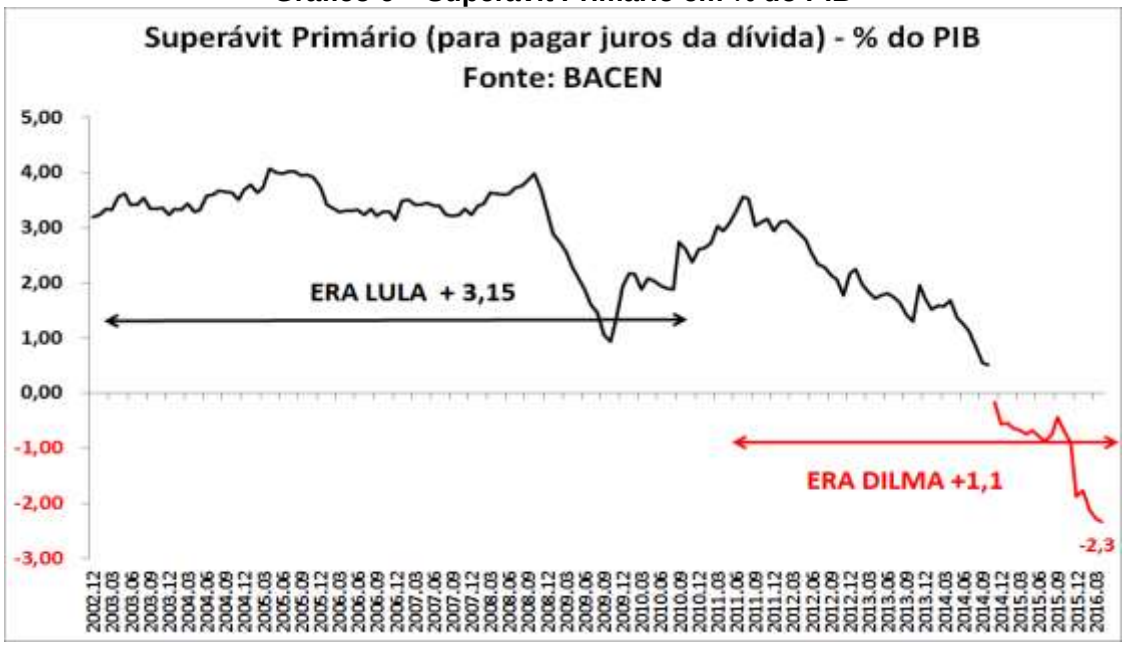
Gráfico 5 – Comparação do estoque de crédito de bancos públicos e privados



Os dados do Gráfico 05 mostram um avanço significativo da participação dos bancos públicos nos empréstimos totais, de 33,8% em 2007 para 55,9% em 2015. Grande parte desse crescimento de crédito nos bancos públicos foi com crédito direcionado que passou de 32,7% do crédito total em 2007 para 45,7% em 2015.

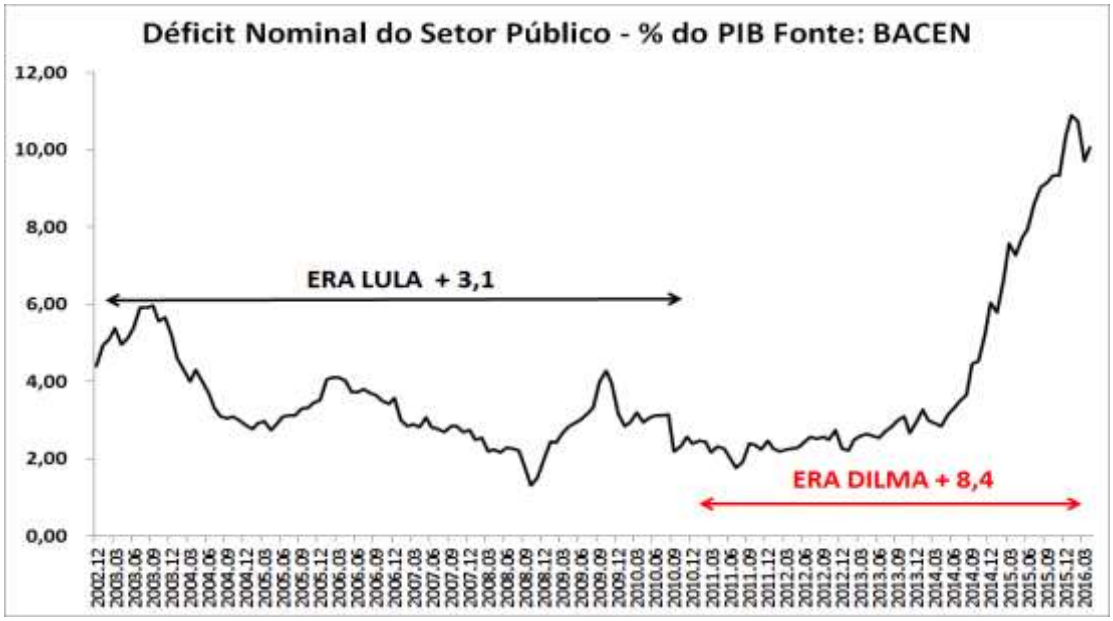
O resultado dessas medidas intervencionistas foi um grande desarranjo no sistema de preços de mercado da economia. Explicando melhor, a grande diferença entre um sistema de decisão centralizada e um sistema capitalista é que no primeiro o Governo Central tem de decidir em quais setores haverá investimentos, quanto será produzido, o que será produzido, com que tecnologia, etc.; no sistema capitalista o mercado (sistema de preços livres) sinaliza todas essas questões. Simplificadamente, se um setor tem produção abaixo da demanda, seus preços e seus lucros sobem atraindo investidores que aumentam a produção e equilibram a oferta e a demanda. Outro resultado das medidas foi um grande aumento da dívida pública e o não cumprimento das metas de superávit fiscal, um dos alicerces do tripé macroeconômico abandonado pelo Governo Dilma, como mostra o Gráfico 06.

Gráfico 6 – Superávit Primário em % do PIB



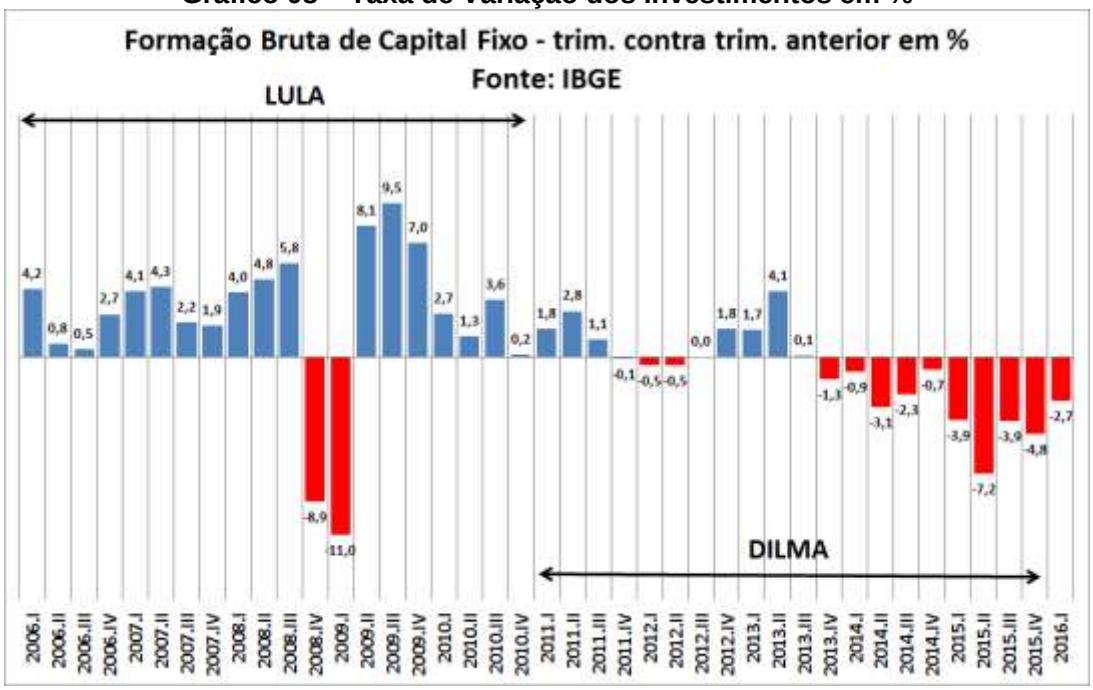
O descaso com o superávit primário, como mostra o Gráfico 06, levou a um grande aumento do déficit nominal do setor público, Gráfico 07.

Gráfico 07 – Déficit Nominal em % do PIB



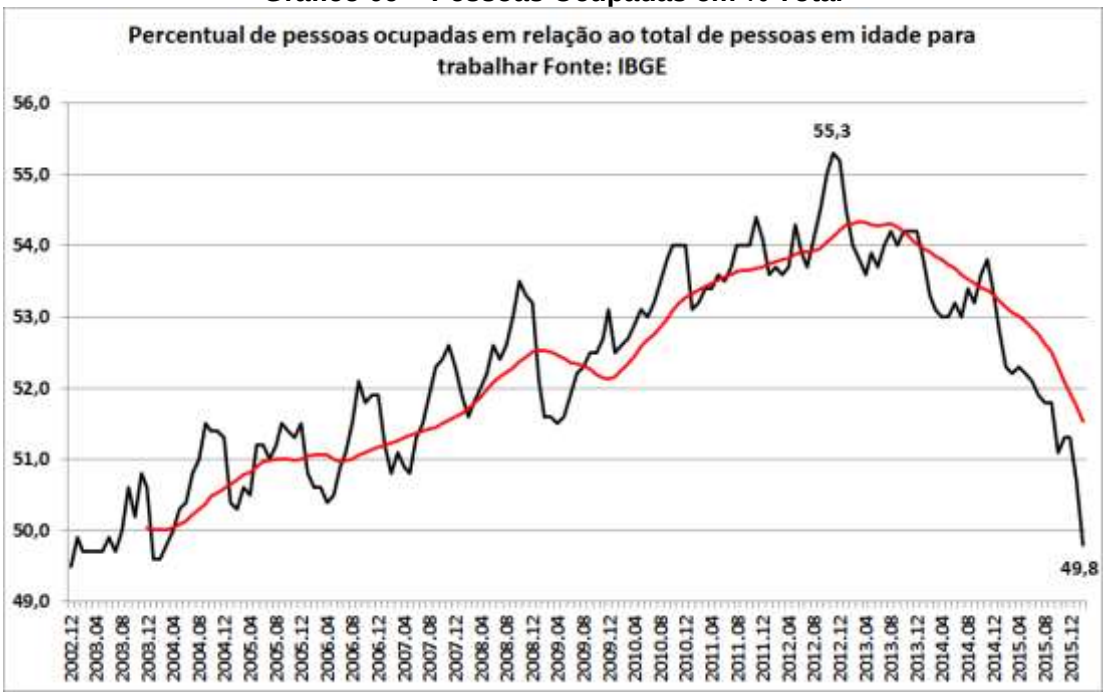
Depois de tantas medidas intervencionistas para aumentar os investimentos, o que aconteceu?

Gráfico 08 – Taxa de Variação dos Investimentos em %



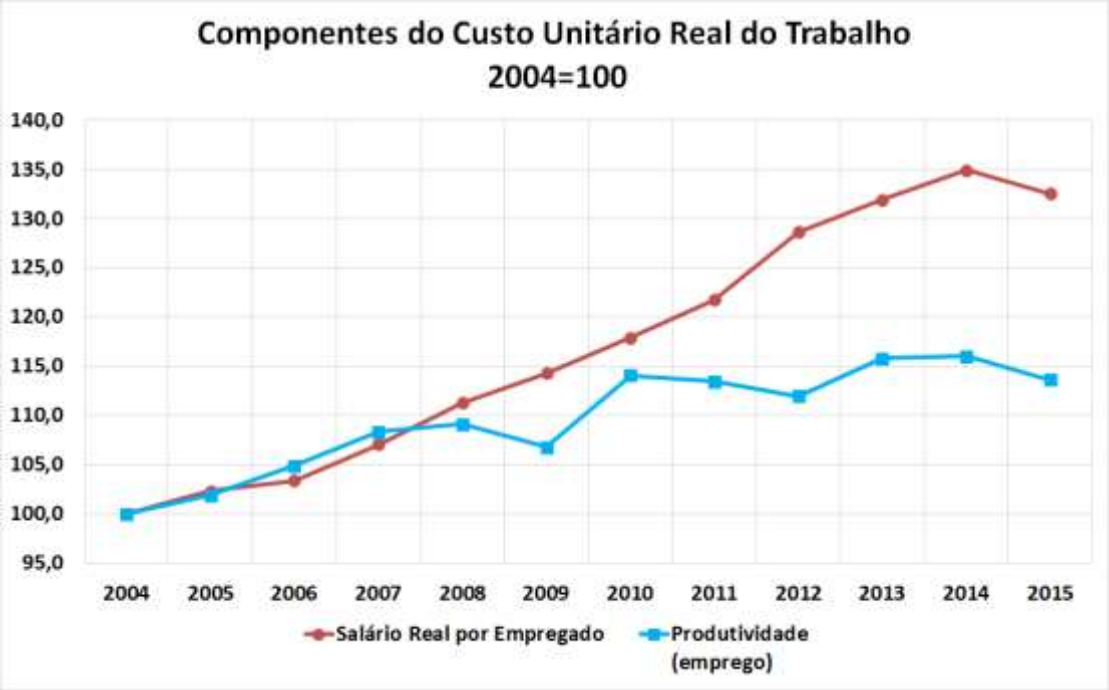
Os investimentos não aconteceram! Vamos tentar delinear uma possível explicação de porque o investimento não reagiu. Durante a administração Lula, 2003 a 2010, houve grande crescimento, diminuição do desemprego (Gráfico 09) o que pressionou o mercado de trabalho e causou um aumento do salário real.

Gráfico 09 – Pessoas Ocupadas em % Total



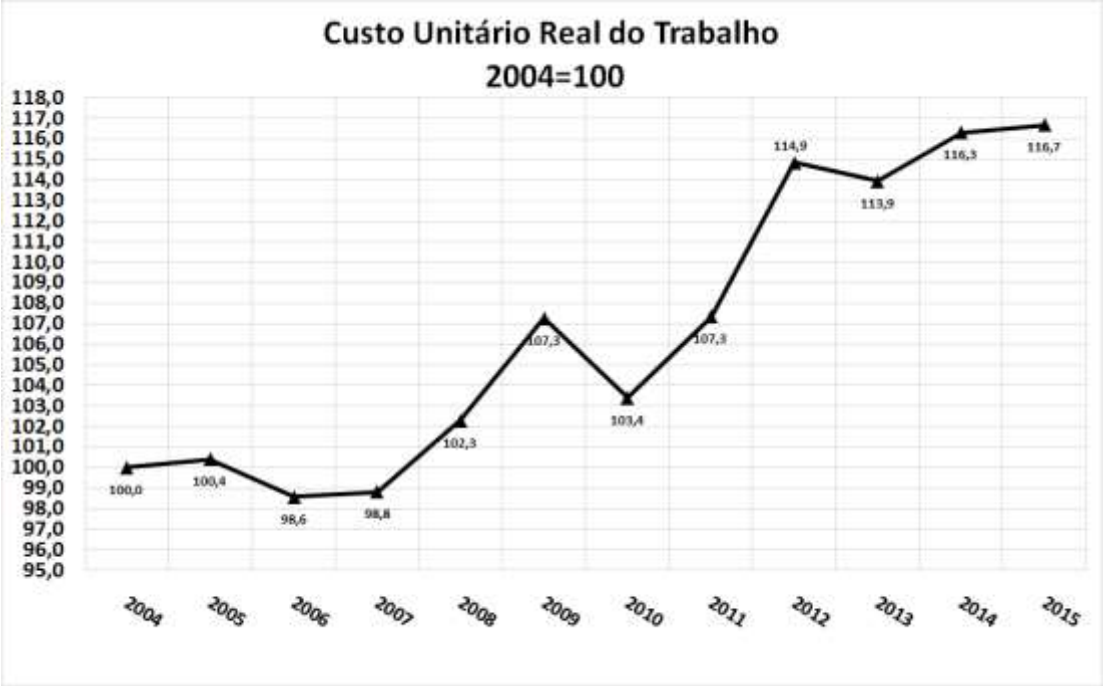
Como os investimentos cresceram nesse período (2003 a 2010) a produtividade também cresceu como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Salário Real e Produtividade por trabalhador na Indústria



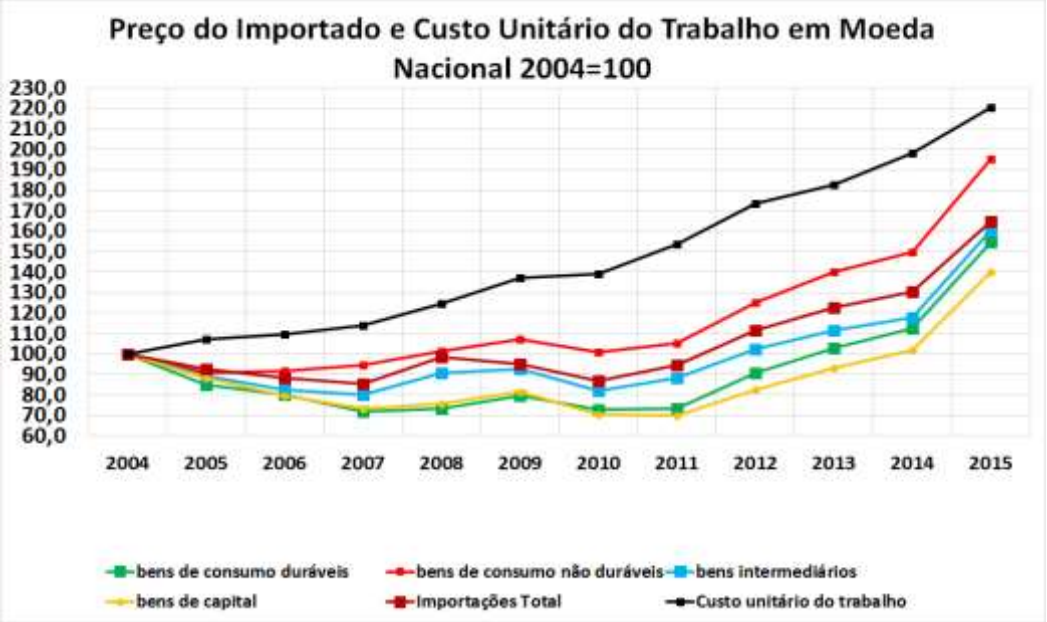
A relação entre o salário real e a produtividade (produção/emprego) nos dá o custo unitário real do trabalho, Gráfico 11.

Gráfico 11 – Custo Unitário Real do Trabalho na Indústria



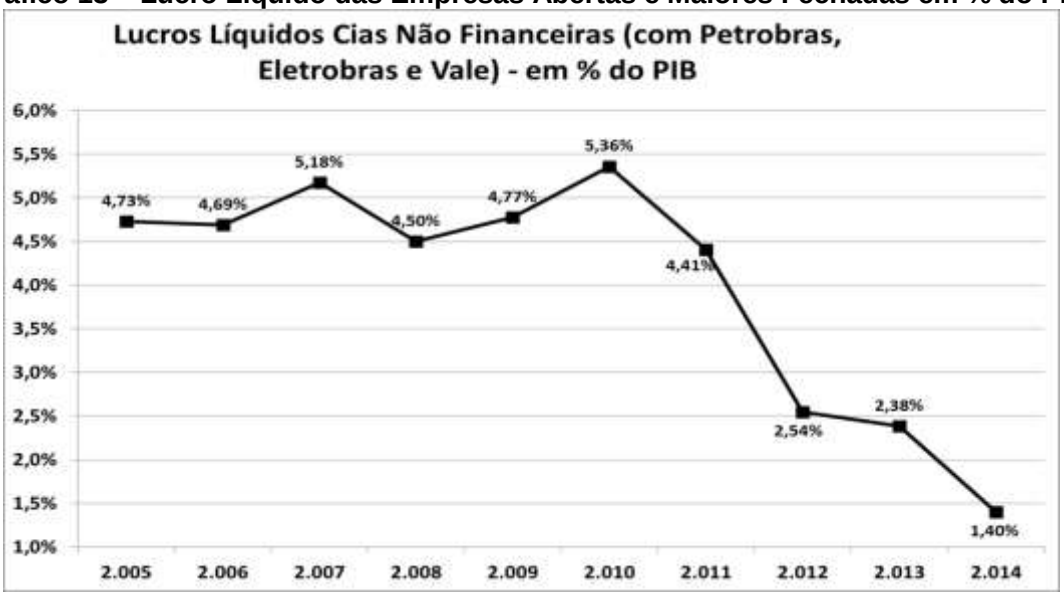
Como o real estava se apreciando, a indústria doméstica se defrontou com uma competição de produtos estrangeiros a preços em reais cada vez menores enquanto seus custos de mão de obra cresciam em termos reais e os outros custos industriais cresciam pelo menos à taxa de inflação doméstica, como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Preço do Produto Importado e Custo do Trabalho na Indústria em Reais



O resultado não podia ser outro: compressão de margens e queda do lucro, Gráfico 13.

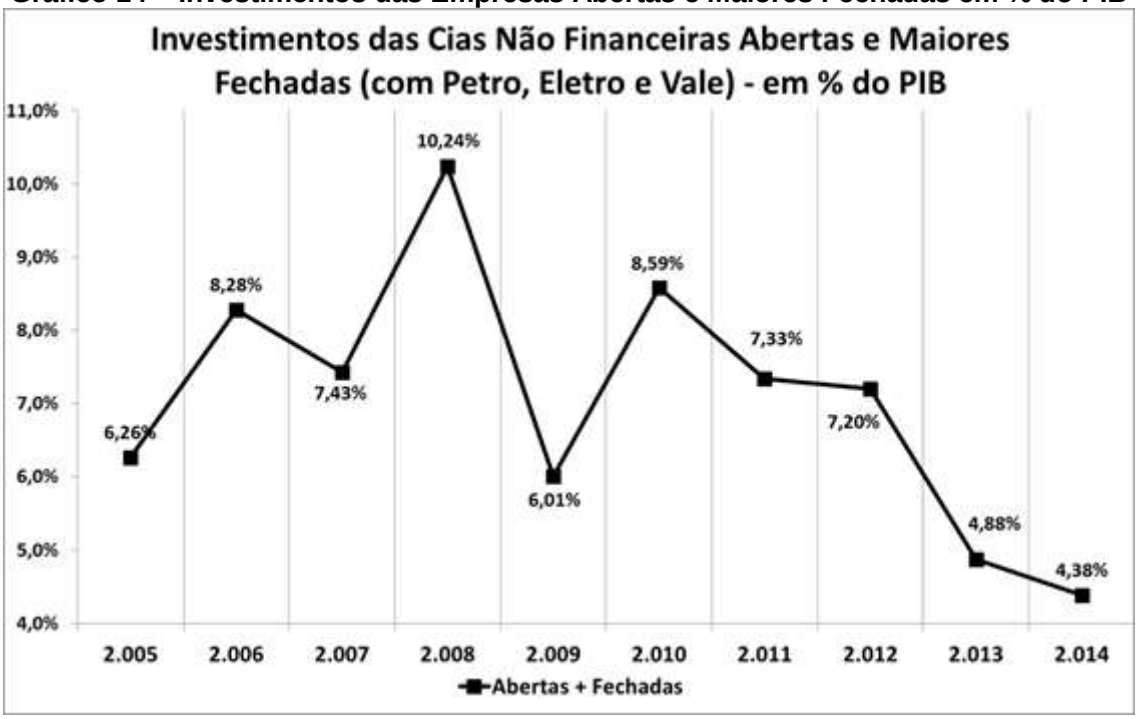
Gráfico 13 – Lucro Líquido das Empresas Abertas e Maiores Fechadas em % do PIB



Verifica-se no Gráfico 13 que no período Lula, 2003 a 2010, os lucros dessa amostra de empresas[3] se mantiveram praticamente num mesmo patamar e a partir de 2011 os lucros tiveram queda vertiginosa. O gráfico 14 mostra o investimento dessas mesmas empresas da amostra.

[3]A amostra é constituída de todas as 320 empresas não financeira de capital aberto cuja fonte é a Economatica, e 441 das maiores empresas não financeiras fechadas, cuja fonte é o cadastro das Maiores e Melhores empresas da Revista Exame, gentilmente cedido pelo Prof. Ariovaldo dos Santos da FIPECAFI.

Gráfico 14 – Investimentos das Empresas Abertas e Maiores Fechadas em % do PIB



Os dados da amostra confirmam a tese, mais ou menos evidente, de que sem lucros não há investimentos. Em outros termos, com lucro abaixo do custo de capital não há retenção de lucros (poupança) e sem retenção não há investimentos; quando o lucro fica abaixo do custo de capital os empresários preferem distribuir dividendos e investir em renda fixa (títulos públicos)[4].

Conclusão, o aumento da dívida bruta, com certo descaso da política de metas de superávit primário, as seguidas demonstrações de desrespeito aos contratos do Governo (empresas do setor elétrico) e acionistas minoritários da Petrobrás e Eletrobrás, o desrespeito a regras de mercado como o tabelamento dos lucros nos serviços de concessão e a crença que o aumento da demanda levaria necessariamente a um aumento de oferta tiraram a confiança dos empresários, que se confrontou com lucros declinantes e taxas de títulos públicos muito acima da rentabilidade empresarial destruindo os investimentos, o que ocasionou a pior recessão brasileira de todos os tempos[5].

(*)Lauro Modesto dos Santos Jr. - Graduado em Economia pela USP (1984); Mestre em Economia pela USP (1991); MBA em Gestão Empresarial pela ESPM (2003); MBA em Finanças e Risco pela FIPECAFI (2015); CNPI – APIMEC (2016); Professor do Curso Especial de Administração da Universidade Mackenzie por treze anos (Estatística Aplicada, Microeconomia e Economia Brasileira; Atuando como superintendente técnico do Centro de Estudos de Mercado de Capitais do Instituto IBMEC e conteudista da APIMEC Nacional na certificação do Programa de Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS.

[4] Para uma análise mais detalhada dessas hipóteses V. Estudo Especial CEMEC (Novembro de 2014) Carlos A.Rocca e Lauro Modesto Santos Jr. - Redução da taxa de poupança e o financiamento dos investimentos eNota CEMEC 05/2015 – Investimento e recessão na economia brasileira 2010-2015:uma análise setorial- Agosto de 2015 – http://ibmec.org.br/estudos-pesquisas-e-indicadores/

[5] Não inclui os esquemas de corrupção nas diversas estatais, uma vez que a sociedade só veio saber desses escândalos após o estrago econômico do período 2011 a 2015. Também não inclui a "famosa" crise internacional uma vez que o crescimento médio dos países da América Latina é muito superior ao brasileiro, com exceção, é claro, da Venezuela e da Bolívia que sofrem de problemas ideológicos.

3. Indonésia: Crescimento Econômico e Alguns de Seus Desafios

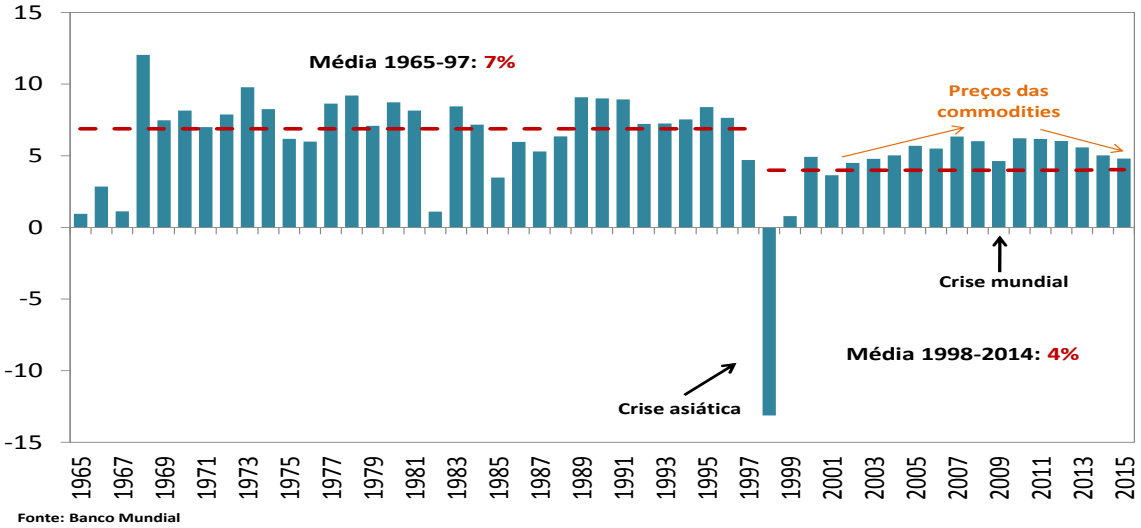
Maria Gorete da Silva (*)

Steven R. Tabor, em artigo[1] publicado no *Asian Development Bank,* em dezembro de 2015, analisa os principais obstáculos ao crescimento econômico da Indonésia. Um resumo contendo as principais idéias deste trabalho é apresentado nos itens 1 e 2. O país, que tem uma população de 255 milhões de habitantes e renda per capita de 11 mil dólares (PPP), enfrenta obstáculos que englobam fatores conjunturais como inflação relativamente elevada e déficits em conta corrente nos últimos anos, e fatores estruturais, como o baixo nível de investimento em infraestrutura, tecnologia e educação. Além do baixo grau de abertura do país e das dificuldades para se fazer negócios. Nos itens 3 e 4 são introduzidas, respectivamente, breves informações a respeito da posição do país no Ranking Competitividade Global e da relação comercial com o Brasil.

1. Fatores conjunturais

De 1965-1997 o PIB da Indonésia cresceu a 7% a.a., período de forte expansão que foi interrompido com a crise asiática que impactou severamente a economia. Em 1998 o PIB registrou queda de 13,6% e, em 1999, crescimento pífio de 0,3%. De 2000 a 2004 o crescimento médio foi de 4,6% a.a., acelerando para 6% a.a. de 2005 a 2011, por conta da elevação dos preços das commodities. Nos anos seguintes, porém, o crescimento do PIB foi caindo gradativamente, 6,0% em 2012, 5,6% em 2013, 5,0% em 2014 e 4,8% em 2015. Entre os motivos para este resultado estão: queda dos preços das commodities, maior volatilidade no mercado financeiro global e aperto fiscal e monetário promovido pelo governo.

Gráfico1: Indonésia - Crescimento do PIB (%)

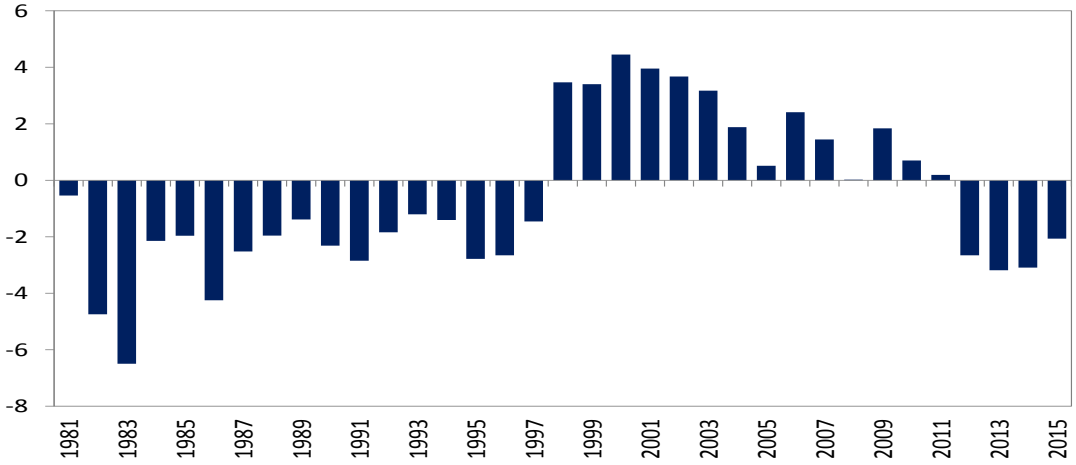


Fonte: Banco Mundial

O aumento da participação de commodities no total das exportações elevou a vulnerabilidade externa do país, pois esses produtos são mais suscetíveis às oscilações de preços. O *boom* das commodities também contribuiu para apreciação da taxa de câmbio real, reduzindo a competitividade de outros setores transacionáveis. Com a valorização da moeda e a demanda interna crescente, as importações aumentaram. Esse movimento contribuiu para aumentar o déficit em transações correntes e, consequentemente, a dependência da entrada de capitais. Diante do cenário externo e do alerta com relação à inflação, o governo vem adotando políticas monetárias e fiscais mais restritivas. O que mostra que a política econômica tem priorizado a estabilidade financeira ante um maior crescimento econômico.

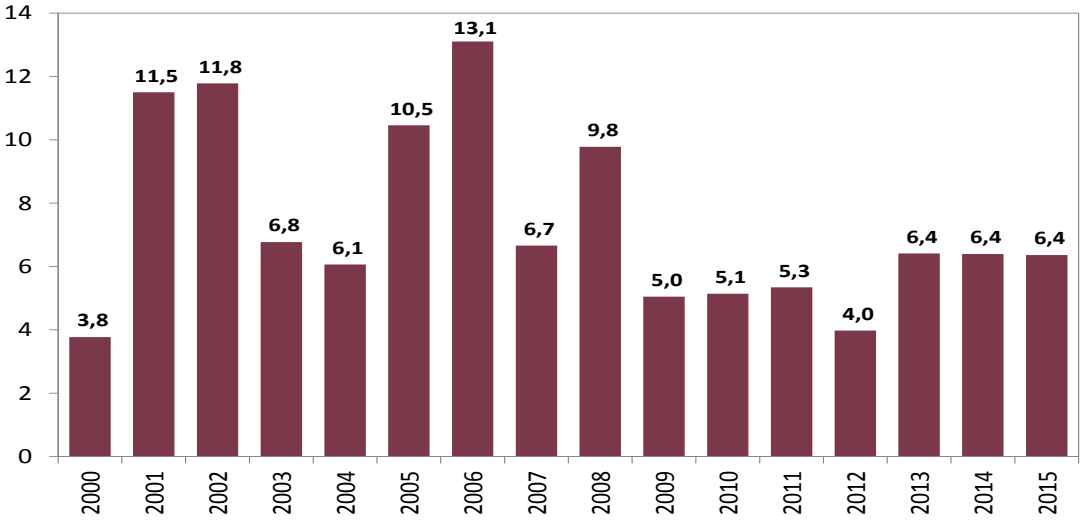
[1] http://www.adb.org/publications/constraints-indonesias-economic-growth

Gráfico 2: Indonésia - Saldo em transações correntes (%PIB)



Fonte: FMI

Gráfico 3: Indonésia - Inflação (% a.a.)



Fonte: FMI

2. Aspectos estruturais

Além dos fatores conjunturais, fatores estruturais também constituem obstáculos ao crescimento econômico na Indonésia, como a condição precária da infraestrutura. Os investimentos em infraestrutura são extremamente baixos, caíram depois da crise asiática e não se recuperaram. De 2000 a 2014, os investimentos em infraestrutura ficaram em média entre 2% e 3% do PIB, cerca de um terço do que os seus vizinhos regionais têm investido. A infraestrutura precária acarreta altos custos logísticos, os quais representam aproximadamente 14% dos custos totais de produção, muito superior ao do Japão, por exemplo, que é cerca de 5%.

O país sofre também pela má qualidade do sistema de ensino, de acordo com a maioria dos indicadores de qualidade. Na Indonésia, 47% das escolas primárias não têm energia elétrica. A demanda por profissionais de nível técnico tem superado a oferta, embora a qualidade do ensino técnico também seja precária. E nenhuma universidade da Indonésia se destaca nas comparações internacionais.

Fazer negócios na Indonésia é uma tarefa difícil, principalmente, pela falta de coordenação dentro e entre entidades governamentais e pelo excesso de regulamentação e burocracia governamentais. O excesso de protecionismo também atrapalha, pois desestimula o investimento

estrangeiro. No ranking do banco mundial “Facilidade para fazer negócios”, a Indonésia ocupa a 109ª posição, no total de 189 países, ficando atrás da Malásia, Tailândia, Vietnã e Filipinas.

Durante a última década, a Indonésia tornou-se líder mundial na produção de óleo de palma. E é provável que o país continue a desempenhar, no futuro, um papel importante nos mercados mundiais desse produto, como também de borracha, cacau, café, chá e especiarias. Porém, o aumento da produtividade é um desafio crítico para o setor agrícola, e medidas como apoiar os pequenos proprietários (microcrédito), e dar prioridade para o setor de pesca, pecuária e produção de culturas permanentes, poderiam reverter esse quadro.

A indústria manufatureira tem crescido em ritmo muito mais lento do que em países vizinhos. A participação do país no mercado global de manufaturados caiu de 1,2% em 1995 para 0,6% em 2013. Enquanto que a participação de Bangladesh duplicou, da China triplicou e do Vietnã aumentou 8 vezes. Para tentar acompanhar esses países no desenvolvimento industrial, o setor precisa aumentar os investimentos e melhorar a integração nas redes produtivas regionais.

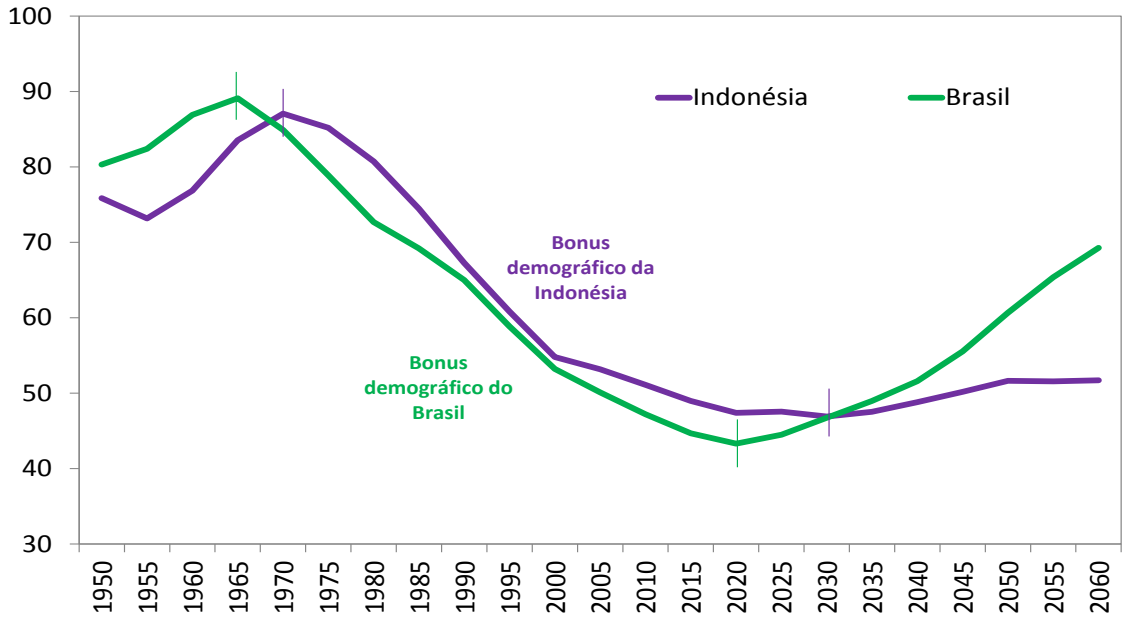
De 2005 a 2014, o setor de serviços tem sido o principal fator de crescimento econômico da Indonésia, mas ainda há muito espaço para se expandir. O setor de serviços corresponde a 39% do PIB, e o comércio externo de serviços é inferior a 7% do PIB, mas ambos estão muito abaixo da média da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático)[2]. A Indonésia ainda pode se beneficiar com a revolução da tecnologia da informação, pois ainda tem muita demanda por acesso à internet em todo país. O setor de serviços também pode se beneficiar com a abertura para o comércio externo, que deve reforçar a concorrência e contribuir para ganhos de eficiência.

Como pode ser visto, existe uma margem considerável para o aumento da produtividade tanto no setor agrícola, quanto na indústria e no setor de serviços. A Indonésia tem potencial para retornar aos níveis de crescimento pré-crise, para isso é preciso expandir o comércio externo, elevar os níveis de investimento, em educação para aumentar a oferta de mão de obra mais qualificada, em pesquisa e desenvolvimento para incentivar a inovação, e em infraestrutura, principalmente em tecnologia da informação. Além disso, o governo deve concentrar suas reformas e investimentos para favorecer a concorrência e melhorar a competitividade.

Alguns fatores ainda podem potencializar o crescimento do país no médio prazo: crescimento da demanda doméstica; maior urbanização; crescimento dos consumidores urbanos de renda média; continuidade do bônus demográfico, com a razão de dependência demográfica caindo até 2030 e depois crescendo lentamente, como pode ser observado no gráfico abaixo na comparação com o Brasil; a participação na ASEAN onde é grande e crescente a demanda por produtos da Indonésia; e ainda o aumento dos salários e dos custos de produção na China que pode facilitar a transferência de empresas para a Indonésia.

[2]Países membros da ASEAN: Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

Gráfico 4: Razão de dependência demográfica (%)*



Fonte: The World Population Prospects - The 2015 Revision *(<15 & 65+)/(15-64)

1. Ranking de Competitividade Global

O Ranking de Competitividade Global confirma os principais entraves ao crescimento da produtividade e competitividade do país. No ranking geral, a Indonésia ocupa a 37ª colocação, entre 140 países. A tabela abaixo mostra o ranking de alguns itens selecionados, que compõem o ranking geral.

Tabela 1: Indonésia - Ranking de Competitividade Global, 140 países*

Potenciais		Entraves	
PIB (PPP)	8	Nº de dias para iniciar um negócio	129
Tamanho do mercado doméstico	8	Importações % PIB	129
Facilidade de acesso a empréstimos	15	Exportações % PIB	117
Poupança nacional bruta % do PIB	19	Nº de procedimentos para iniciar um negócio	116
Dívida pública % do PIB	23	Inflação	114
Investimento privado em P&D	24	Acesso à internet	113
Eficiência	28	Qualidade da educação	82
Desperdício nos gastos do governo	30	Qualidade da infraestrutura	81

Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 *(1=melhor; 140=pior), itens selecionados

Nos itens importações e exportações o país ficou na 129ª e 117ª colocação, respectivamente, mostrando o quanto ainda é relativamente fechado. O número de dias e de procedimentos para iniciar um negócio também foram itens mal avaliados, o que denota as dificuldades encontradas no ambiente de negócios. O acesso à internet e a qualidade da infraestrutura são bastante inferiores, com relação aos países analisados, sendo oportunidades para investimentos no país.

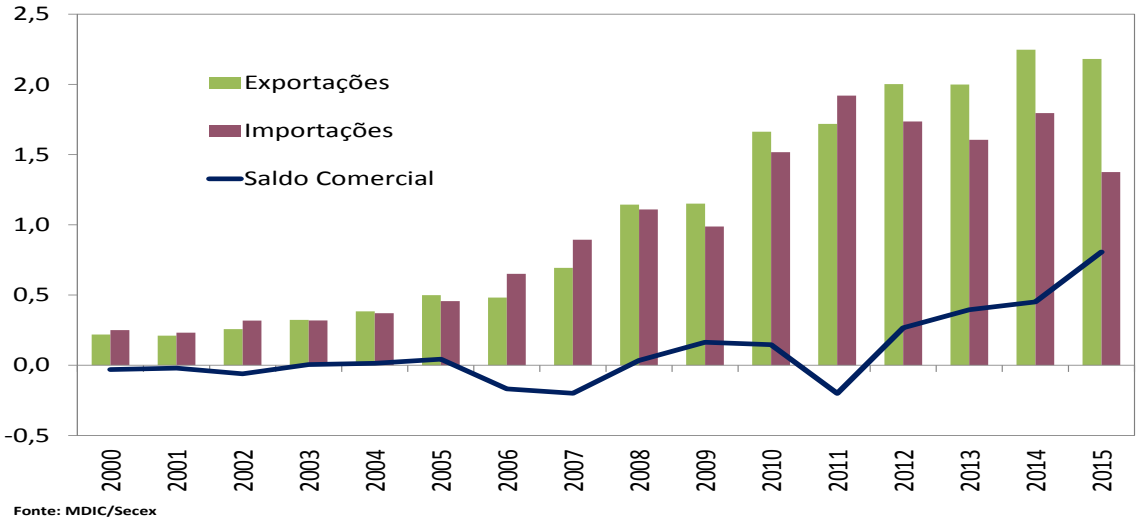
*A razão de dependência demográfica é a relação entre o total das pessoas dependentes (até 14 anos e com 65 anos ou mais) e a população ativa (15 a 64 anos). Razão decrescente indica uma melhora na situação, conhecida como bônus demográfico.

Como fatores positivos, o índice de competitividade global mostra o tamanho da economia e do mercado doméstico na Indonésia. O setor público é bem avaliado nos itens desperdício nos gastos do governo e dívida pública. A carga tributária no país não passa de 17% do PIB (aproximadamente 35% no Brasil), e a dívida bruta do setor público caiu de 87% do PIB em 2000 para 27% do PIB em 2015. Além disso, os níveis poupança e de dívida pública, que representam oportunidades de financiamento, aumentam o potencial de crescimento do país.

2. Comércio Brasil – Indonésia

A Indonésia ainda é um país pouco conhecido no Brasil, o comércio ainda é pequeno e incipiente, mas não há dúvidas de que há grande potencial. A Indonésia foi o 23º maior país de destino das exportações em 2015 e os principais produtos exportados foram: farelo e resíduos da extração de óleo de soja; automóveis; milho; algodão; e produtos semimanufaturados de ferro ou aço. Do lado das importações, a Indonésia representa o 27º maior país origem das importações brasileiras e os principais produtos importados foram: óleo de palmiste e de palma; caixas de marchas; borracha; fios de fibra artificiais e de poliésteres; e calçados.

Gráfico 5: Comércio do Brasil com a Indonésia (US$ bilhões)



Fonte: MDIC/Secex

(*) Maria Gorete da Silva - economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

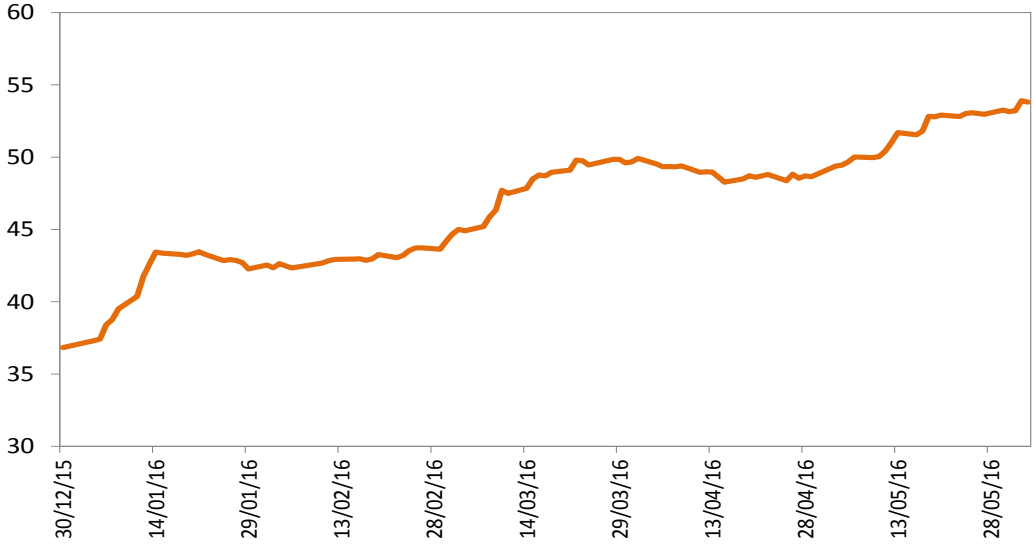
4. Notas sobre agricultura

(*)Akihiro Ikeda e (**) Isidoro Yamanaka

Produtores de frango enfrentam dificuldades

O jornalista Luiz Henrique Mendes ("Valor" de 3 de junho de 2016, B16) reporta que a produção de carne de frango deve se reduzir no segundo semestre. Existem indícios de redução da ordem de 15% no número de pintinhos alojados nas granjas. O problema decorre da ocorrência simultânea do aumento de custos, principalmente devido à subida do preço do milho e da farinha de soja, e da redução de consumo interno em virtude da recessão. Os preços do milho, principal componente da ração animal, subiram no ano 46,3% em São Paulo (ESALQ/BM & Bovespa). Os preços do frango têm apresentado oscilações no ano, porem, mesmo considerando-se a recente elevação, a tendência é decrescente. O que ainda mantém certo ânimo no setor são as exportações que continuam em ritmo semelhante ao do ano passado. No período janeiro/maio deste ano foram exportados US$2.351milhões, que se compara com US$2.332 milhões do ano passado, no mesmo período.

Gráfico 1: Preço do Milho* (R$/60Kg)



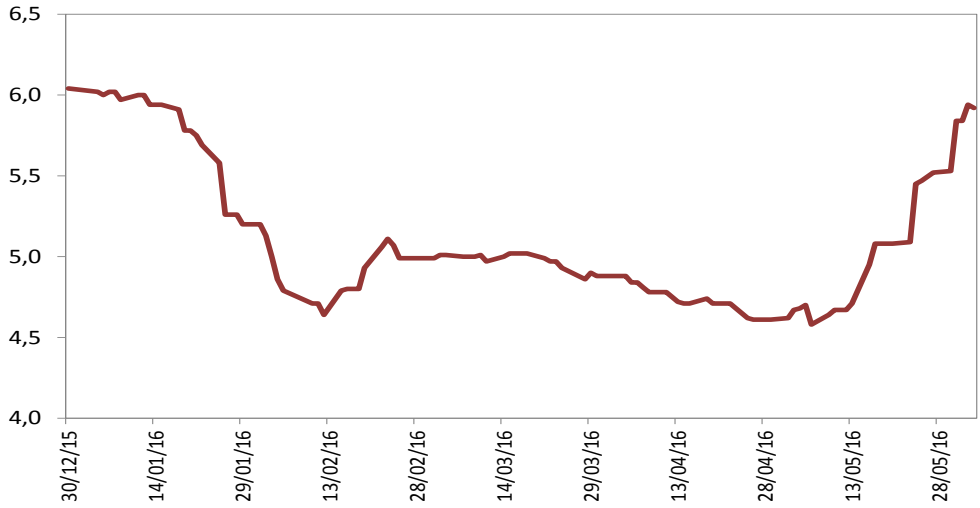
Fonte: Cepea/Esalq *Indicador de Preços do MILHO ESALQ/BM&FBovespa - à vista, descontado o Prazo de Pagamento pela taxa CDI/CETIP

Gráfico 2: Preço do Frango congelado no atacado* (R$/Kg)

Fonte: Cepea/Esalq *Média das regiões: Grande São Paulo, São José do Rio Preto e Descalvado.

O mesmo jornalista, em março deste ano, já alertava para a situação difícil dos produtores de frango e de carne suína, em virtude da elevação do preço do milho. No caso do suíno, aparentemente, o setor conseguiu ultrapassar a crise, graças o reajuste dos preços do produto no mercado interno, embora com alguma defasagem (gráfico 3). As exportações da carne suina, acumuladas no ano até maio, mostram um bom avanço, passando de US$388 milhões no ano passado para US$461 milhões.

Gráfico 3: Preço Suíno, Carcaça comum* (R$)



Fonte: Cepea/Esalq *Negociado no Atacado São Paulo com ICMS

1. Estimativa da CONAB indica queda na produção de grãos

O último levantamento da CONAB, realizado neste mês de junho, prevê uma redução de 5,4% na produção total de grãos no ano agrícola 2016/17 em relação ao ano anterior. Tomando-se os seis principais produtos, as variações encontram-se na tabela 1. As variações na área de plantio são causadas pela motivação do agricultor na época do plantio (resultado da última safra e perspectivas para a próxima) e a produtividade da terra reflete as condições climáticas (falta de chuva, excesso de chuva, granizo, insuficiência de fertilizantes etc). Excetuando-se soja e milho o agricultor se viu desestimulado já no plantio. O clima favoreceu apenas o trigo.

Tabela 1: Variações em relação à safra anterior (%)

	Área de plantio	Produtividade ha	Produção
Algodão	-1,8	-8,1	-9,7
Arroz	-13,8	-0,6	-14,3
Feijão	-3,5	-2,7	-6,1
Milho	0,3	-10,3	-10,0
Soja	3,4	-3,9	-0,6
Trigo	-13,4	22,8	6,3

Fonte: CONAB

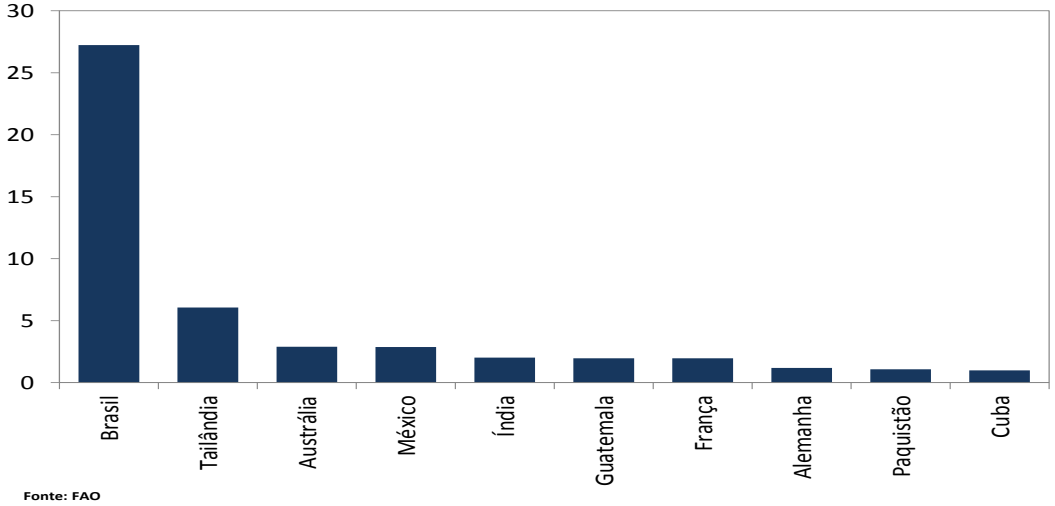
Um dos efeitos da redução da safra de grãos é um novo repique na inflação. O caso do milho é um exemplo. O índice geral de preços (IGP) de produtos agrícolas aumentou 24,6% nos últimos 12 meses até maio, e o índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA) no item alimentação e bebidas 12,7% no mesmo período. Pode ainda ter potencial de aumento.

2. Muda a política do açúcar na Europa

Muitos países protegem a produção do açúcar através de medidas restritivas ao comércio, como garantia de pagamentos mínimos aos agricultores, quotas de produção, subsídios, tarifas e limites de importação. Na União Européia as restrições estão sendo gradualmente liberalizadas, sendo as maiores mudanças, com entrada prevista para outubro de 2017, a remoção das quotas de produção e dos pagamentos mínimos aos produtores de beterraba utilizada para a fabricação do açúcar. O resultado é o aumento da produção do açúcar e a região tornarem-se exportador líquido no mercado mundial, deprimindo os preços e alterando a economia desse setor. As observações são de Ed Ballard do Wall Street Journal Américas (Valor Econômico, 18 de maio).

A exportação brasileira para a União Européia, em torno de 600 mil toneladas por ano, pode ser afetada, prossegue o articulista. É um sistema de quotas pelo qual se paga um imposto de 98 euros por tonelada, considerando-se um preço médio de 350 euros. Existe o risco de essa exportação reduzir, ou mesmo desaparecer, porque o Brasil não possui um acordo de livre comércio com o bloco. Comparado com o total das exportações brasileiras de açúcar esse volume é pequeno, porém é necessário considerar outros efeitos no mercado, ainda incertos.

Gráfico 4: Maiores exportadores de açúcar, 2013 (milhões de toneladas)



Fonte: FAO

3. Precisão na agricultura

A EMBRAPA montou uma rede de 19 unidades que cuidam da agricultura de precisão, um instrumento que ajuda os produtores a evitar desperdício de recursos e a aumentar a produtividade. Consiste em efetuar o "manejo adequado da variabilidade espacial e temporal de produção de várias culturas; viabilizar o uso de sensores para intervenção no sistema de produção ao longo do ciclo das culturas; estabelecer um sistema de gerenciamento econômico e ambiental para o manejo localizado do conhecimento em agricultura de precisão e ampliar a transferência de tecnologias em agricultura de precisão". Outro instrumento, cuja utilização na produção agrícola vem obtendo avanços importantes são os drones, pequeno veículos aéreos não tripulados. Podem atuar em áreas de difícil acesso e são capazes de sobrevoar grandes extensões produzindo imagens e coletando dados para posterior análise. Podem identificar falhas nas plantações e detectar as prováveis causas, localizar pragas e formigueiros. Apresentam a vantagem de terem custos inferiores aos levantamentos feitos por satélites.

4. ILPF - Integração, Lavoura, Pecuária e Floresta

Carlos Viacava, economista pela FEA/USP que exerceu cargos importantes no governo federal, é um pecuarista de sucesso que se especializou em melhoramento genético do gado nelore. Nos anos recentes tem se dedicado também, com a cooperação da EMBRAPA, à produção de soja e milho para silagem no sistema de plantio ILPF. O seu relato indica ganhos expressivos de produtividade da terra, entre 30 e 45%.

5. Recuperação de pastagens no cerrado

Ricardo Guimarães Andrade, Edson Luis Bolfe, Daniel de Castro Victoria e Sandra Furlan Nogueira (Agroanalysis) mostram a importância de se recuperar as pastagens cultivadas (estimadas em 53 milhões de hectares): a) minimiza a pressão pela abertura de novas fronteiras agrícolas sobre áreas com cobertura vegetal nativa; b) degradação das pastagens caracteriza-se pelas perdas de produtividade em função da pouca oferta de água e de nutrientes; e, portanto c) pastos recuperados podem alcançar maior produtividade e menor emissão de gases de efeito estufa. Esses pesquisadores, com a ajuda da série histórica (2006 a 2011) do satélite francês Spot Vegetation, analisaram as tendências nas pastagens do cerrado.

Construíram três cenários: i) indica degradação nas pastagens; ii) parte das pastagens pode estar em condições estabilizadas dentro de algum nível de degradação; e iii) pastagens apresentam indicativos de degradação, porem com uma ligeira melhora no vigor, mas não o suficiente para sustentar a tendência de melhora ao longo dos anos analisados. No primeiro cenário (i) são identificados 12,5 milhões de hectares (24% das pastagens plantadas), no segundo (ii) 18,4 milhões de hectares e no terceiro (iii) 32,0 milhões de hectares. A tabela abaixo mostra a distribuição da degradação por estados (cenário i), levantada pelos pesquisadores.

Pastagens plantadas degradadas

Estados	Milhões de hectares	(%)
BA	0,55	25
DF	0,03	26
GO	3,46	27
MA	0,36	21
MG	2,05	18
MS	2,86	25
MT	2,04	32
PI	0,18	38
PR	0,02	19
SP	0,40	16
RO	0,53	13
Total	**12,49**	**24**

6. Preservação dos cerrados no MAPITOBA

Evaristo E. de Miranda e Carlos Alberto de Carvalho expõem medidas de preservação dos cerrados nessa área que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins ("A Preservação dos Cerrados no Mapitoba", Agroanalysis, fevereiro 2016). Segundo os autores, os cerrados somam 67 milhões de hectares, notando-se um crescimento intenso da produção de grãos na área, embora ainda predomine a pecuária. De acordo com as estimativas recentes da CONAB (março de 2016) a área cultivada com grãos totaliza 7,2 milhões de hectares, comparativamente a 58,5 milhões no país.

Os autores constatam que a área de cerrados no Brasil é de 204 milhões de hectares e que cerca de 25 milhões já são áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) representando 12% do total. No MAPITOBA a proteção é maior, representando 17% (28 terras indígenas e 42 unidades de conservação). Citam ainda o Código Florestal que exige uma reserva de 35% da área da propriedade no caso da Amazônia Legal, a qual pertence 60% da área de Mapitoba. Nas demais áreas a exigência de reserva é de 20% da área da propriedade. A conclusão dos autores é que na MAPITOBA o cerrado estará bem protegido.

7. Prevenção contra praga

A praga na agricultura tem causado muitos prejuízos aos produtores e encarecido a produção. De acordo o pesquisador da EMBRAPA Márcio Elias Ferreira, o fungo da ferrugem da soja, que entrou no Brasil em 2001, pode ter causado um prejuízo de mais de US$35 bilhões, apenas para citar um exemplo. Marcio vem trabalhando no programa nacional de melhoramento genético preventivo, para a obtenção de variedades resistentes à praga. Trata-se de preventivo quando a praga ainda não entrou no país. Exemplo é a murcha bacteriana do arroz que ataca as plantações na Ásia e já detectadas em alguns países que fazem fronteira com o Brasil, como Venezuela e Colômbia. As avaliações e os testes precisam ser feitos em países afetados pela praga, no caso do Brasil usa-se o Panamá. Marcio defende a parceria entre instituições públicas brasileiras e similares estrangeiras, pois o assunto é de natureza multidisciplinar e a parceria pode encurtar etapas.

8. Produzir com menos água

A escassez de água é motivo de preocupação em vários países e regiões. Não somente para o consumo humano, também para a produção de alimentos. Na agricultura as pesquisas buscam aumentar a eficiência do uso da água: melhor sistema de produção e de manejo, irrigação seletiva e direcionada, melhoramento genético de plantas mais tolerantes à seca, etc. Um dos resultados positivos dos trabalhos da EMBRAPA é o plantio direto, atualmente muito difundido no país: solos cobertos aumentam a eficiência da água, reduzindo as perdas por evaporação. A sua prática é simples para o agricultor e reduz os custos de produção.

Práticas básicas como a manutenção de matas ciliares de rios e córregos e técnicas modernas de sensoriamento remoto e irrigação de precisão, através do uso de softwares, que gerenciam os aspersores de água, são instrumentos importantes que protegem e aumentam a eficiência do uso da água, diz pesquisador da EMBRAPA. A irrigação de forma insuficiente reduz a produção, mas o excesso de água favorece o aparecimento de doenças. Daí a importância de suprir a quantidade correta de água por tipo de cultura e pelas condições do solo.

No semiárido do nordeste o aproveitamento das águas das chuvas, que são poucas e mal distribuídas, através de cisternas vem melhorando a vida das famílias. Segundo Fernando Biroto uma cisterna com 16 mil litros de água fornece água necessária para uma família beber e cozinhar durante um ano inteiro. Já com 52 mil litros pode produzir alguns alimentos ou manter 40 a 50 cabeças de caprinos ou ovinos durante o ano inteiro.

Outra técnica também para regiões secas é a barragem subterrânea, conforme relata Carlos Dias: "trata-se de uma parede construída para dentro da terra que tem a função de barrar as águas das chuvas que escorrem no interior e acima do solo, formando uma vazante artificial que mantém o terreno molhado entre três e cinco meses após a época chuvosa, permitindo a plantação mesmo em época de estiagem".

9. Regeneração das matas

A Folha de São Paulo (3/2/2016) traz um texto de Reinaldo José Lopes que reúne experiências de pesquisadores no Brasil e outras regiões das Américas. Em áreas abandonadas, após o desmatamento e o uso agropecuário, a mata costuma voltar. É a floresta secundária (capoeira na linguagem popular) que com suficiente tempo retorna a exercer praticamente o papel da floresta original. A disponibilidade de água parece ser o fator decisivo na rapidez da regeneração.

Robin Chazdon, da Universidade de Connecticut nos Estados Unidos, diz que em vez de gastar recursos em plantar mudas de espécies nativas em áreas degradadas, talvez seja mais sensato deixar que a natureza faça o seu trabalho.

(*)Akihiro Ikeda foi Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda, Chefe da Coordenadoria Econômica do Ministro da Agricultura, Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz e Professor assistente de Estatística Econômica e de Econometria da FEA/USP.

(**)Isidoro Yamanaka Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" foi assessor especial do Ministério da Agricultura (1975-1984), Secretaria do Planejamento e Presidência da República (1984-1986), Ministério da Fazenda (1987 - 1991), Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1991-1992) Ministério da Agricultura e Abastecimento (2003-2007), Coordenador do PRODECER - Programa Nipo Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado com o Governo do Japão, Coordenador do Programa Grande Carajás Agrícola, Consultor do BID - Fundo Japão e Coordenador da Comissão de Relações Governamentais da Associação do Centenário da Imigração Japonesa. Exerce a indicação e orientação para investimentos dos dekasseguis no Brasil.

5. WASHI, o Papel Japonês

Cecília Massae Tamaki Suzuki (*)

História e Tradição

As crônicas do Japão, “NIHON SHOKI”, escritas no século VII, registram que o método chinês de fabricação de papel foi levado para o Japão por um monge budista, em 610 D.C. Alguns anos depois, o príncipe regente Shotoku incentivou o uso de fibras de Kozo (amoreira) e de cânhamo, já cultivadas para a manufatura de tecidos, pois resultariam em papéis mais resistentes.

As técnicas de fabricação de papel espalharam-se por todo o país, e seu processo original evoluiu para o método Nagashizuki, que emprega a fibra longa do Kozo e o Neri, substancia viscosa extraída de um tubérculo.

Transmitida de geração a geração, a arte de fazer papel passou a refletir o espírito e a alma de seu produtor. A estreita relação entre produtor e o usuário tornou o WASHI parte integrante da cultura Japonesa. Segundo a pesquisa de um cientista do Laboratório Kochi Prefectural Paper Technology Center da cidade de Kochi – Japão, o WASHI era conhecido há muito tempo no exterior como o Rembrant, pintor, gravador e desenhista do barroco europeu, que nos anos 1650 dos cinco papéis utilizados três eram de WASHI.

O melhor WASHI era feito nos meses de inverno, quando a água gelada estava livre das impurezas que poderia descolorir as fibras. Estas, com frequência eram espalhadas sobre a neve branca para serem alvejadas. Mas a produção limitada impossibilitava atender à crescente demanda.

Em meados do século XIX, a demanda aumentou de tal forma que o WASHI foi sendo substituída pelo papel ocidental e os métodos artesanais deram lugar às maquinas. Atualmente, utiliza o forte e flexível papel WASHI para propósitos religiosos especiais, brinquedos, leques, peças de vestuário, conservação de certos materiais e na tradicional arquitetura.

WA (japonês) e SHI (papel), a palavra WASHI designa o papel feito a partir da casca de três arbustos: Kozo, Gampi e Mitsumata. Mas muitas pessoas no ocidente o conhecem como “papel arroz”. Na foto acima estão ilustradas os três tipos de plantas que se podem fazer o papel WASHI.

KOZO – A casca de KOZO é a matéria – prima de, aproximadamente 90% dos papéis. Este arbusto é originário das montanhas desérticas de Shikoku e das ilhas Kyushu. Chega a atingir 5m de altura e seu caule mede até 10 cm de diâmetro. (1ª figura superior à direita)

GAMPI – Encontrado em áreas quentes, este arbusto atinge de 1m a 1,5m de altura. As fibras retiradas de sua casca têm sido utilizadas como matéria-prima do WASHI há muitos anos por sua qualidade. O papel obtido é translúcido e de textura brilhante. Como não pode ser cultivado, é raro e, portanto, mais caro. (2ª figura inferior à direita)

MITSUMATA – Originário da China, chega a ter 1m a 1,5 m de altura. Comprovadamente, foi utilizado na fabricação de papéis por volta de 1614. As fibras são mais curtas e tem a qualidade de repelir insetos. (figura inferior à esquerda)

Fabricante de papel WASHI

Na cidade de KOCHI- Japan

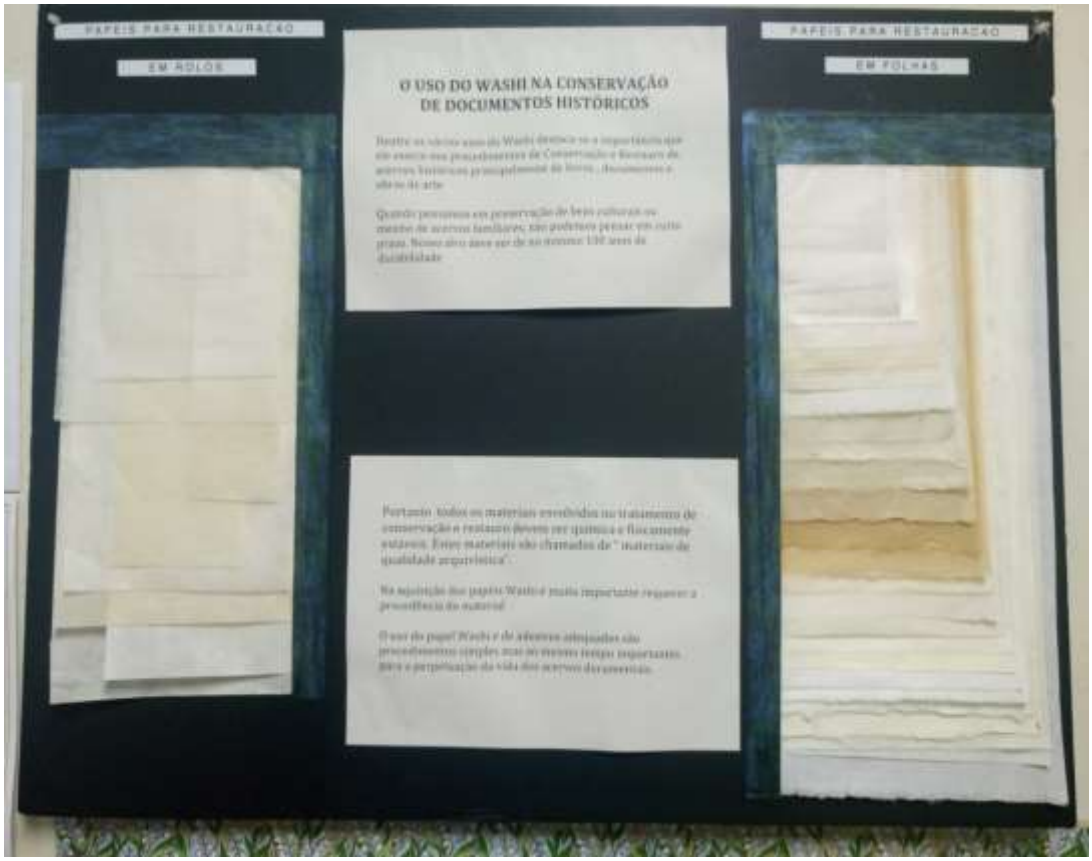
Cecília e Sr.Yamamoto (86 anos) profissional na arte de esteiras. Atualmente são apenas 2 artesãos no Japão.

Papéis para restauração

No Brasil e nos países da América Latina, a WORLD PAPER é representante exclusiva dos papéis WASHI, importados diretamente do Japão e dos Estados Unidos. O acervo conta com mais de 500 tipos de papéis, indicados para decoração em geral (divisórias, shoji, luminária, biombo, etc, papéis de parede exclusiva, impressos como: cartões de visita, de agradecimento, convites (principalmente para casamento, bodas, etc), encadernações, embalagens, artes manuais orientais e artesanato (washiê, tigiri-ê, kiri-ê, origami, etc), artes plásticas e principalmente para restauro de livros e obras de arte. Também importa papéis de parede especiais: MICA, metálicos e FUSUMÁ (próprios para painéis).

O maior mérito e orgulho da empresa é ter trazido para o Brasil os raros papéis WASHI específicos para restauro de livros e obras de arte, que até então não existiam por aqui, como o Kizuki Tengu, de apenas 2 g/m², próprio para restauro de obras de arte. Isso se deu através do professor Fred Lane restaurador que solicitara para trazer papéis WASHI do Japão para a restauração de livros e obras de arte. Em contato com a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro - ABER e sua presidente Sra. Guita Mindlin, se fez contato com outros restauradores e a divulgação dos papéis WASHI no Brasil.

Antes, as bibliotecas, tribunais, mosteiros, museu, órgãos públicos e outras entidades estavam impossibilitados de restaurar suas raras obras, sejam pinturas de livros ou manuscritos, uma vez que somente os papéis WASHI servem para esse fim, por possuírem fibras longas de alta resistência. Há vinte anos que os órgãos públicos, bibliotecas, museus, etc, tem restaurado os seus importantes documentos, livros raros, gravuras e desenhos de artistas famosas e outros, com os papéis fornecidos pelo World Paper que tem variados tipos de papéis e gramaturas de 2g/m2 até 50g/m2 necessários para as suas restaurações. Com a importações desses papéis iniciou-se cursos de restauração em São Paulo e atualmente em todas as regiões do Brasil tem profissionais habilitadas para restauração de documento. A foto a seguir mostra os papéis para restauração em rolos (à esquerda) e em folhas (à direita).



Projeto

A WORLD PAPER tornou se a terceira fornecedora de papéis WASHI no mundo, atrás dos Estados Unidos e Alemanha, e representante exclusiva na América Latina.

A empresa tem a meta de exportar o papel WASHI para os países da América Latina que não possuem papéis para restauração. Abaixo alguns dos variados tipos de papel WASHI da WORLD PAPER.

Lace paper

Yamaneshi Yuzen

Star facy paper Lace paper koshi

Thai unreju Asarakusui

Convites, impressos e cartões Moriki color Saikoshi Tipos de Guardanapos

(*) Cecília Massae Tamaki – arquiteta e artista plástica, empresária do WORLD PAPER.

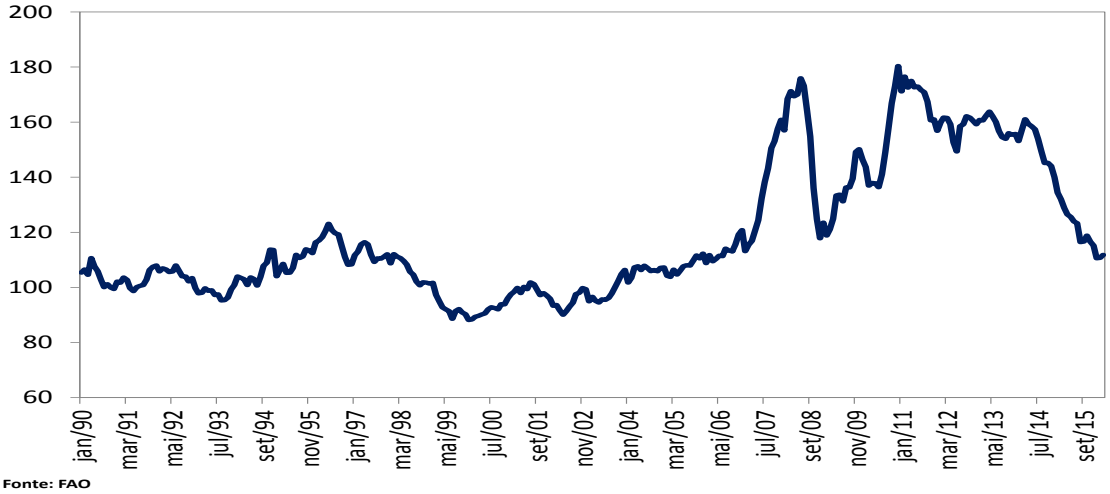
6. Brasil, China, Agricultura, Minério e Preços

Akihiro Ikeda (*)

1. Efeitos da queda dos preços de commodities

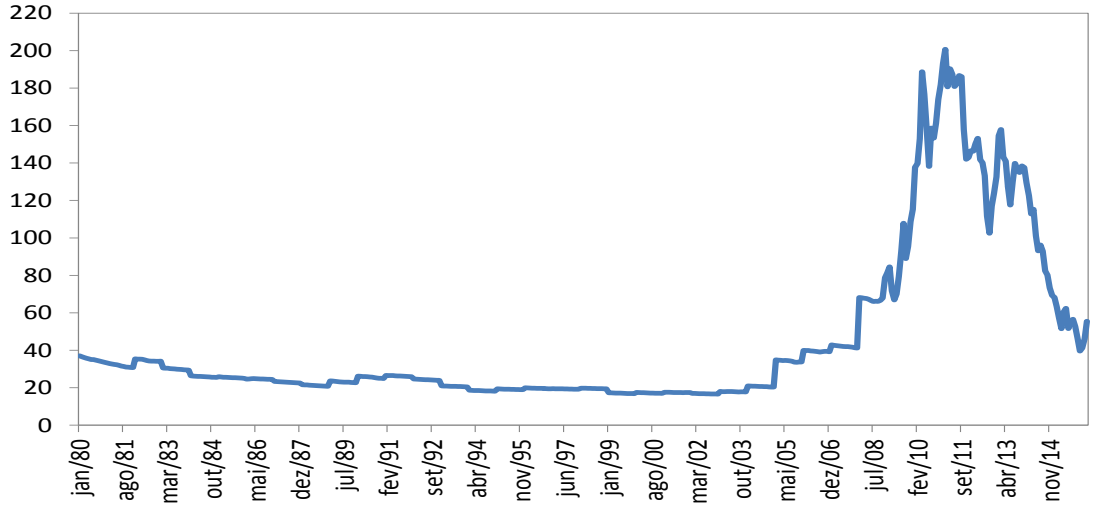
O Brasil é um dos principais exportadores de produtos agrícolas e de minério de ferro. Exporta ainda petróleo e importam derivados. As flutuações dos preços mundiais de commodities dependem, naturalmente, das condições de oferta e demanda, da cotação do dólar em relação à cesta de moedas e, no curto prazo, de especulações financeiras. É tópico extremamente importante para o Brasil que tem na pauta de exportações uma participação elevada desses produtos. Nos últimos dois anos os preços internacionais de alimentos, de minério de ferro, de outros metais e de petróleo têm caído, alguns em grandes proporções. Os gráficos 1, 2 e 3 mostram a evolução dos seus preços.

Gráfico 1: Mundo - preço real de alimentos (2002-2004=100)



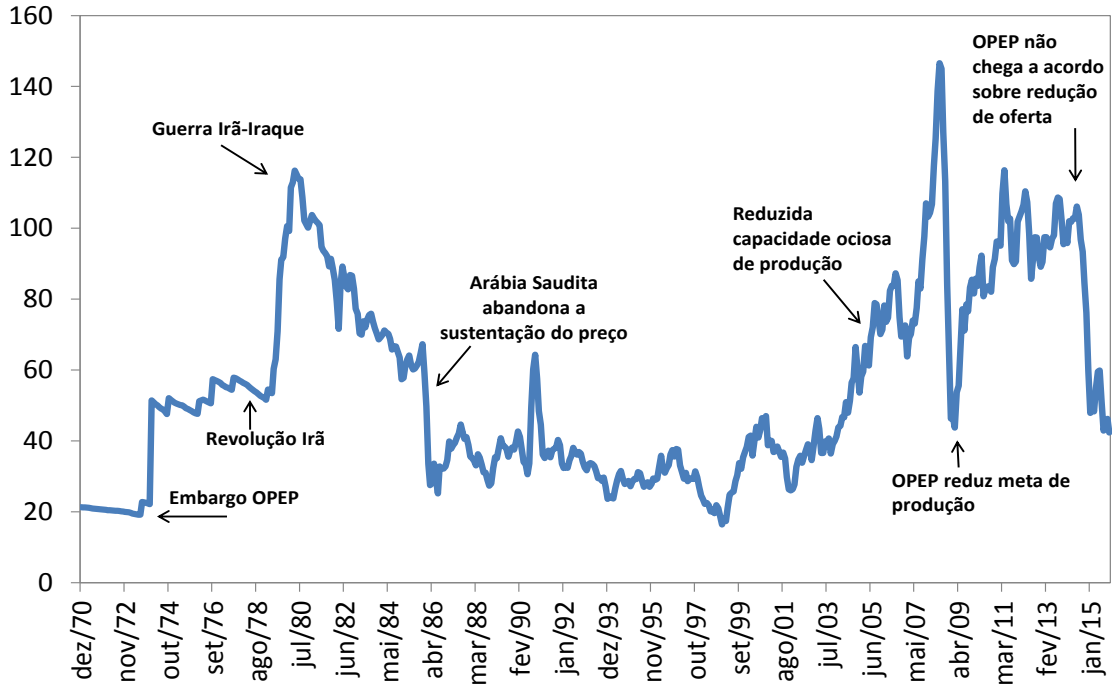
Fonte: FAO

Gráfico 2: Preço de importação de minério de ferro da China (US$*/ton)



Fonte: IMF Primary Commodity Prices *US$ de mar/2016, deflacionado pelo CPI americano.

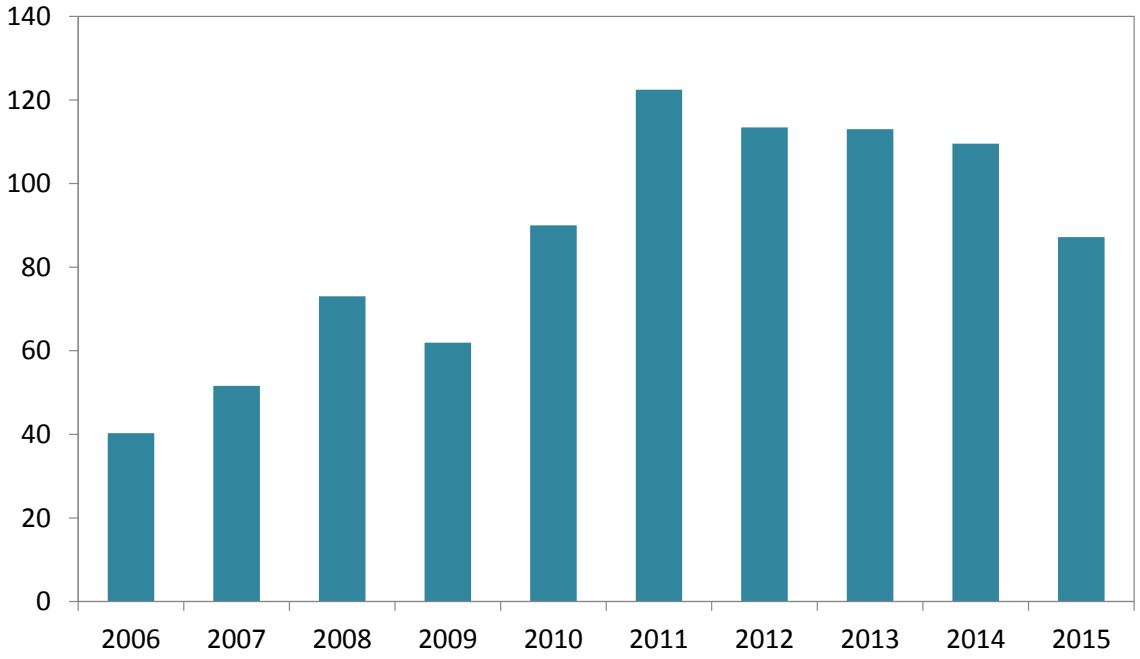
Gráfico 3: Preço do petróleo por barril, US$ de nov/2015 (CPI)



Fonte: BLS, EIA

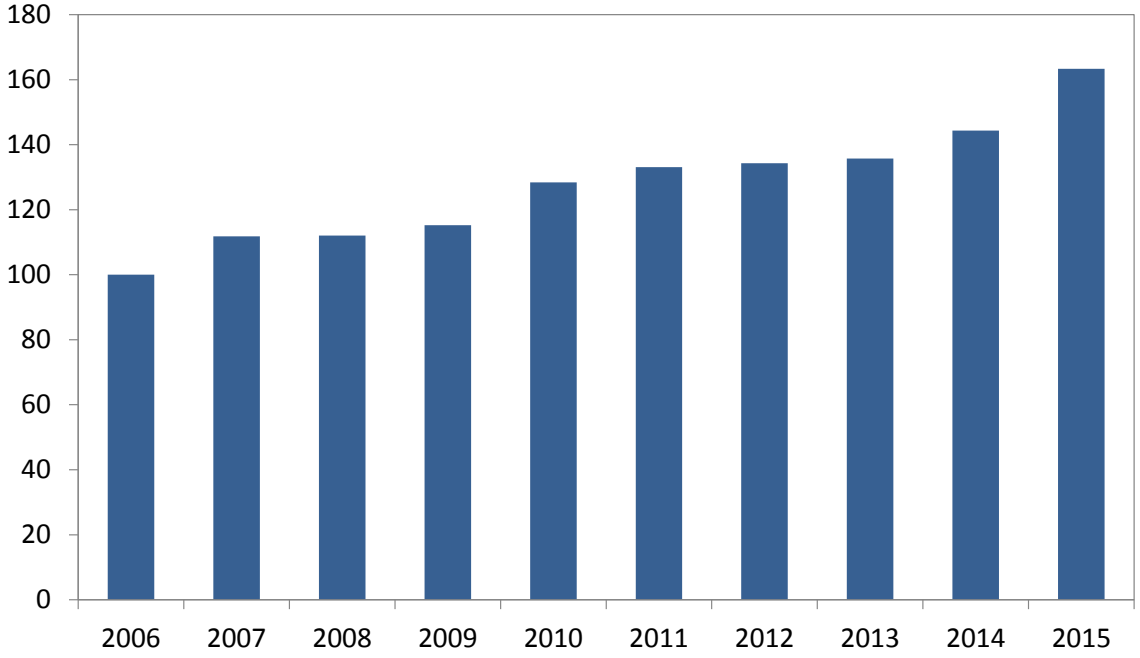
Os efeitos dessa deterioração de preços sobre as exportações brasileiras podem ser avaliadas comparando-se a receita cambial em dólares de commodities, as quantidades exportadas e os preços de exportação (receita = quantidade x preço). A receita vem decrescendo nos últimos anos apesar do aumento das quantidades exportadas por causa da evolução desfavorável dos preços.

Gráfico 4: Receita de exportação de produtos básicos (US$ bilhões)



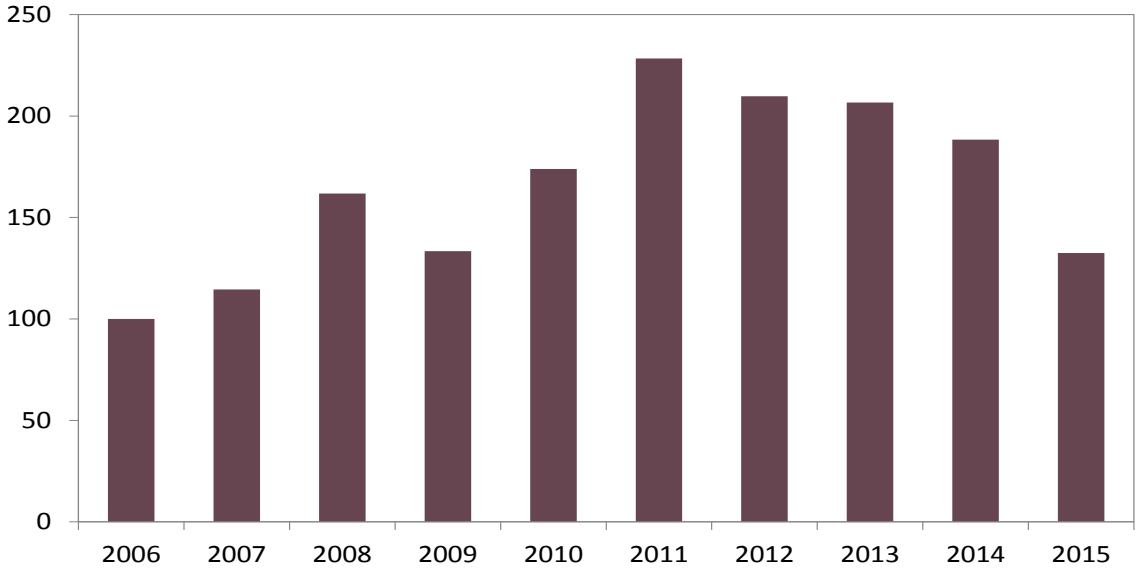
Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5: Índice quantum de exportação de produtos básicos (2006=100)



Fonte: Funcex

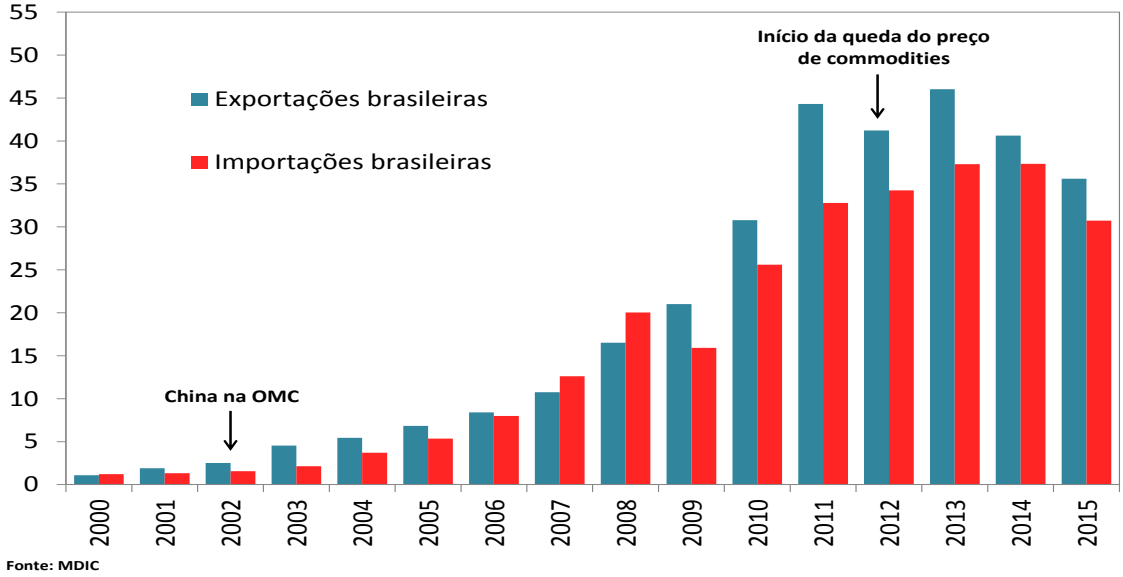
Gráfico 6: Índice dos preços de exportação de produtos básicos (2006=100)



Fonte: Funcex

Os analistas apontam o vertiginoso crescimento da economia chinesa, particularmente após a sua entrada provisória na OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2002, como o principal fator de expansão da demanda mundial por esses produtos. O Brasil e outros exportadores de commodities beneficiaram-se largamente desse "boom" de demanda, mas ultimamente começam a devolver parte desse ganho. O gráfico 7 mostra a incrível expansão do comércio entre Brasil e China. Com a desaceleração da economia chinesa a partir de 2012 e a recessão brasileira dos últimos 2 anos, que reduziu a importação, o comércio vem murchando.

Gráfico 7: Brasil - Relações comerciais com a China (US$ bilhões)



2. A China necessita de mais alimentos

Embora a taxa de crescimento da economia chinesa esteja decrescendo o consumo de alimentos continuará a expandir e a diversificar repercutindo sobre a agricultura e o comércio mundial, de acordo com PWC, uma empresa de consultoria ("China's Agricultural Challenges", outubro de 2015). O consumo de carne por pessoa/ano que era de 46 kg em 2003, subiu para 60 kg em 2015 (crescimento anual de 2,2%) e deve atingir 74 kg em 2025, igual ao consumo atual de Taiwan, e ligeiramente inferior ao projetado para a Coréia do Sul, de 76 kg para 2025. A principal carne consumida na China é a de porco, como ilustram as estatísticas abaixo. Somente para satisfazer esse acréscimo de demanda de carne, necessitará de uma produção adicional de 94 milhões de toneladas de milho e soja.

O artigo salienta que o consumo de calorias na China atingiu nível próximo ao de países industrializados, mas deve continuar a ocorrer a substituição de calorias de origem vegetal para animal, seguindo a tendência dos últimos anos, o que constitui um fator importante para o crescimento do consumo de carne.

Gráfico 8 : Consumo de calorias por dia por pessoa

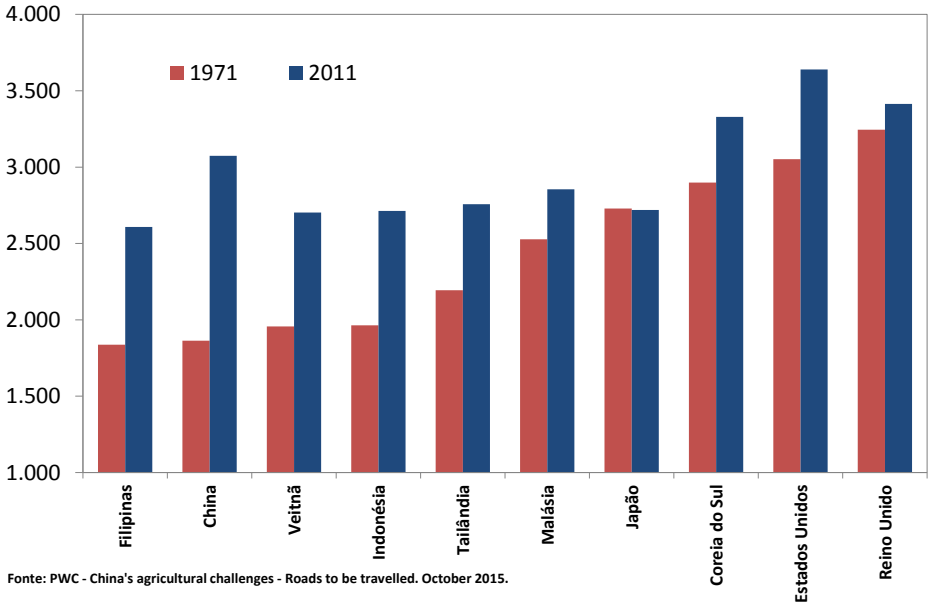
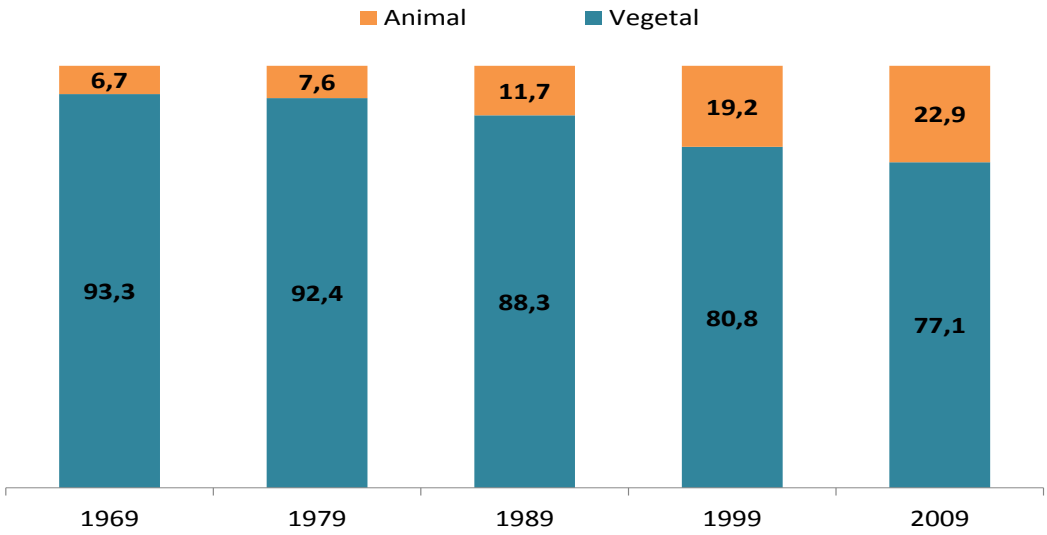


Gráfico 9: China - Distribuição das calorias consumidas, por origem (%)

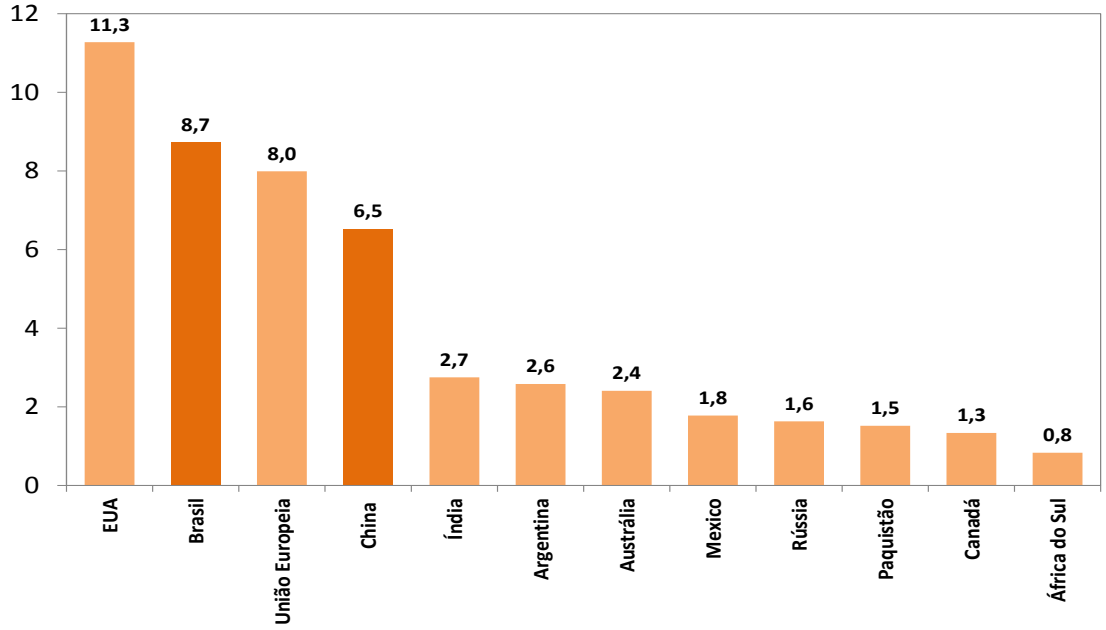


Fonte: PWC - China's agricultural challenges - Roads to be travelled. October 2015.

O estudo não acredita que, embora em quantidade per - capita o consumo de grãos (arroz, trigo, milho e soja) tenda a decrescer, o mesmo ocorra com o seu consumo total, pois: 1) a taxa de expansão demográfica é decrescente, mas não nulo (entre 1990 e 2012 aumentou 0,6% a.a.; 2) o consumo direto de grãos da população urbana per - capita se estabilizou, mas provavelmente o consumo indireto urbano vai aumentar e o consumo rural per - capita provavelmente vai continuar a cair. No agregado o efeito pode ser pouco relevante, considerando que haverá migração do campo para as cidades; 3) na medida que a produção de carne se industrializa a demanda de grãos para ração aumentará, uma vez que o consumo médio de um porco criado numa indústria é de 350 kg, enquanto numa família rural é de 150 kg, e d) existem usos industriais de grãos, como produção do etanol ou do biodiesel, que podem aumentar no futuro.

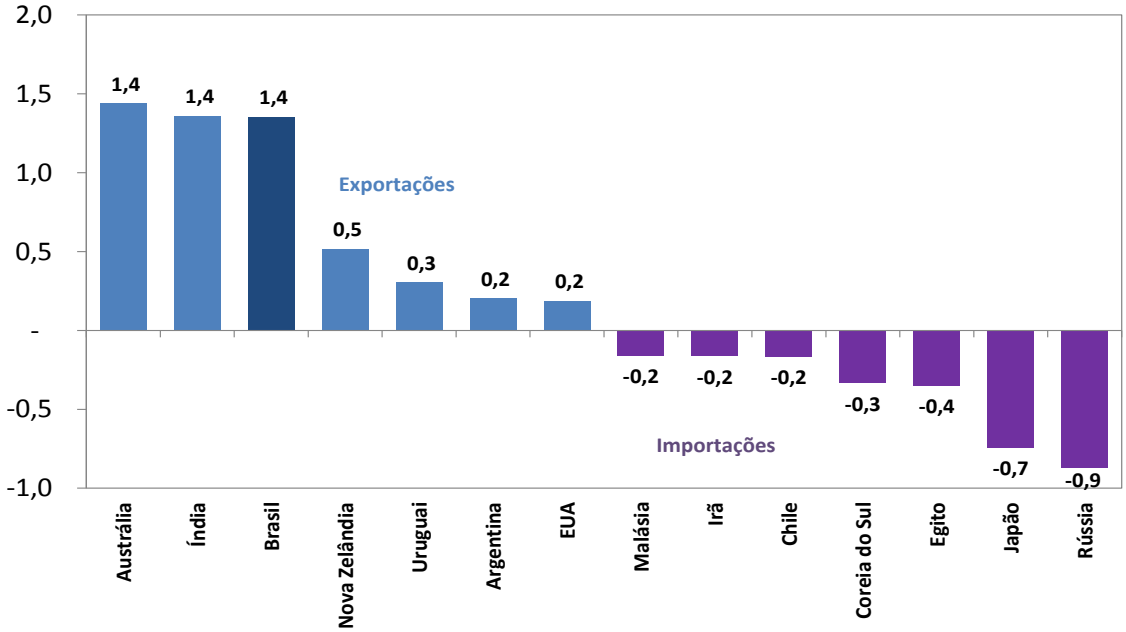
Atualmente a produção chinesa interna de carnes atende a demanda. As importações são irrisórias. Apresentamos os gráficos a seguir a título de ilustração.

Gráfico 10: Carne bovina - Produção, média 2011-13 (milhões de ton)



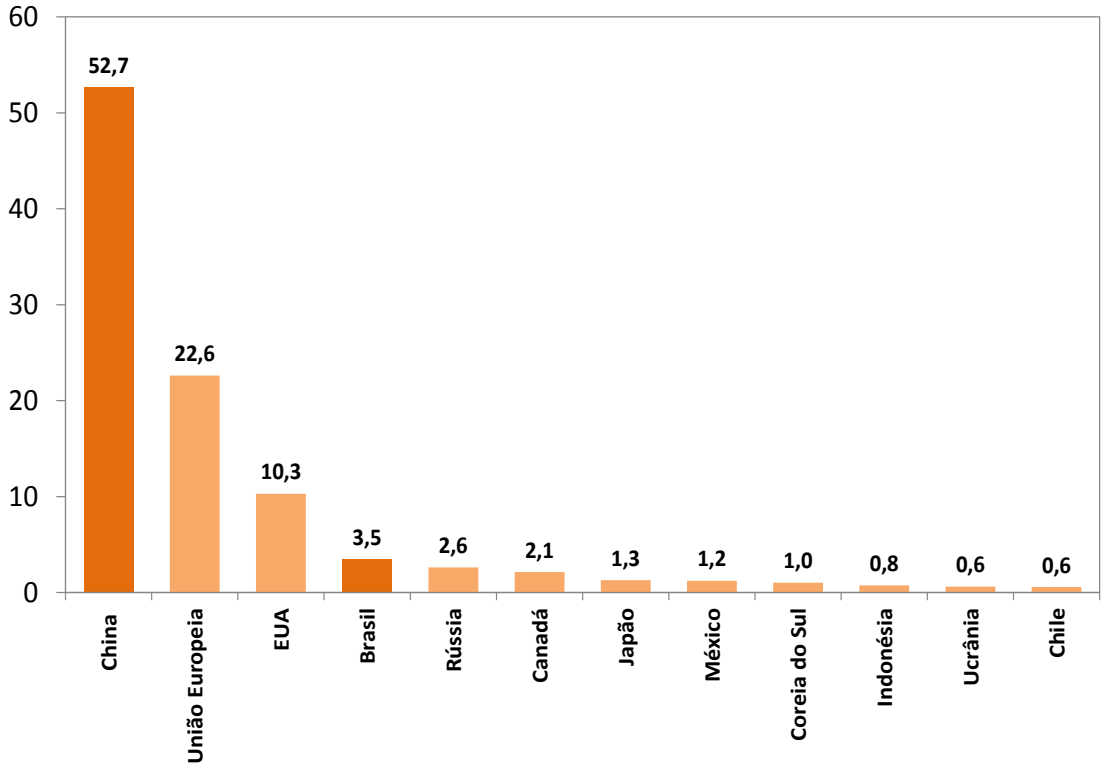
Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Gráfico 11: Carne bovina - Exportações e importações líquidas, média 2011-13 (milhões ton)



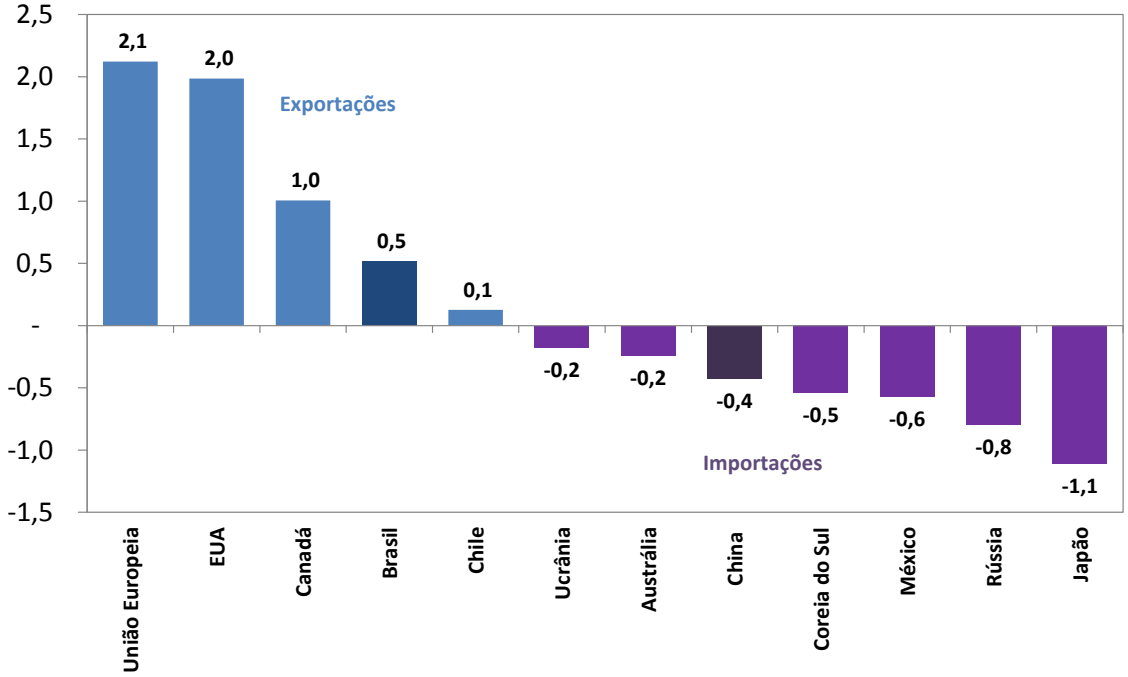
Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Gráfico 12: Carne suína - Produção, média 2011-13 (milhões de ton)



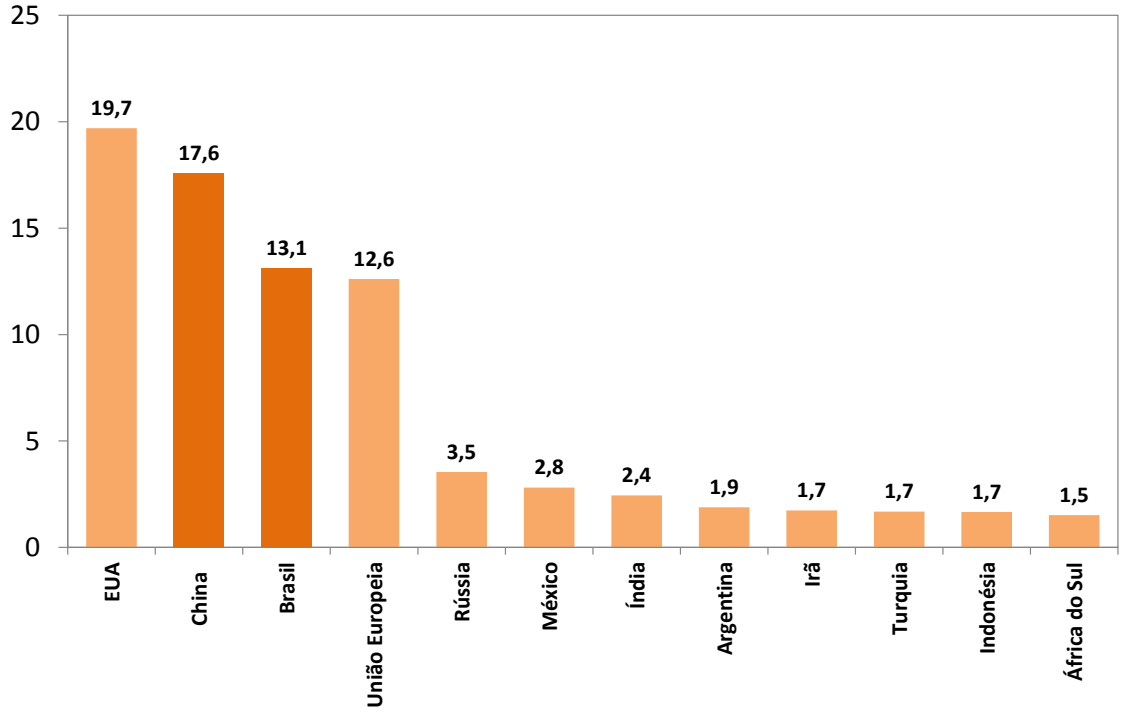
Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Gráfico 13: Carne suína - Exportações e importações líquidas, média 2011-13 (milhões ton)



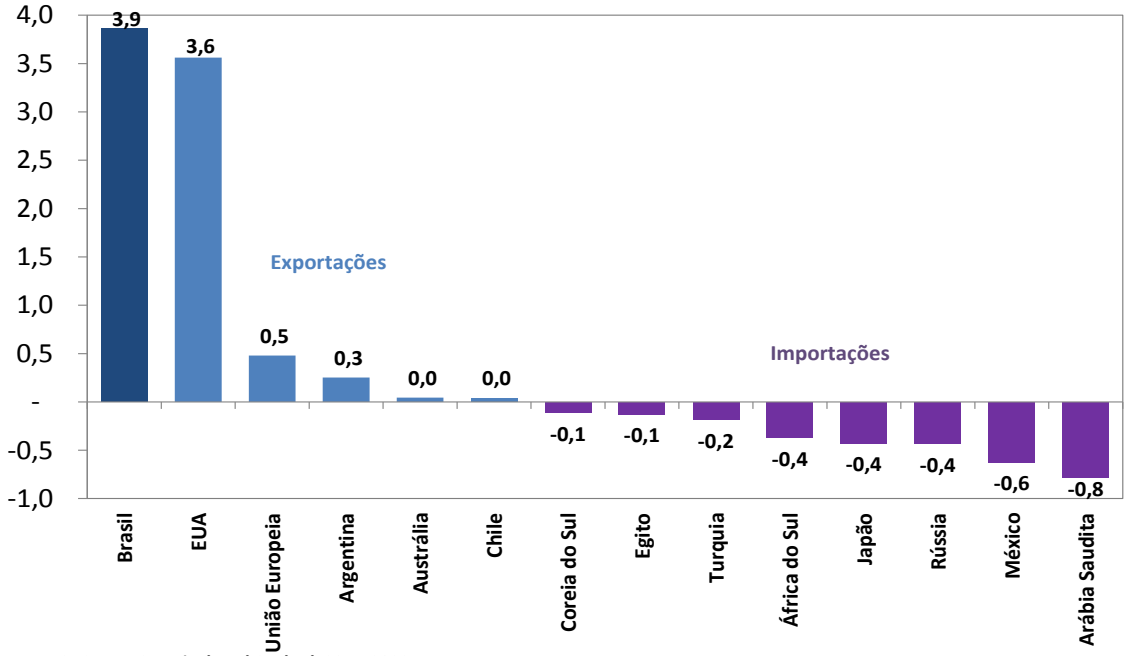
Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Gráfico 14: Carne de frango - Produção, média 2011-13 (milhões de ton)



Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Gráfico 15: Carne de frango - Exportações e importações líquidas, média 2011-13 (milhões ton)



Fonte: OECD - FAO Agricultural Outlook 2014-2023

Uma questão importante para países exportadores de cereais, como o Brasil, é ter uma idéia da capacidade de expansão da produção de grãos na China. No caso da soja está claro que esse país vai depender cada vez mais de importação. A tabela 1 apresenta dados sobre a produção e a importação de soja e milho:

Tabela 1: Área colhida (milhões de ha), produção (milhões de ton), produtividade (ton/ha) e importação (milhões de ton)

		Área colhida	Produção	Produtividade	Importação
Soja	2004/05	9,6	17,4	1,8	25,4
	2009/10	9,2	15,0	1,6	50,1
	2014/15	6,7	11,8	1,8	73,7
Milho	2004/05	25,4	130,3	5,1	-7,6*
	2009/10	31,2	164,0	5,3	1,1
	2014/15	36,8	217,0	5,9	2,9

(*) Importação líquida, sinal negativo indica exportação

Na safra 2004/5 a área colhida de soja foi de 9,6 milhões de hectares, produzindo 17,4 milhões de toneladas, uma produtividade relativamente baixa de 1,8 t/ha. No Brasil a produtividade é de 2,9 t/ha e nos Estados Unidos 3,0 t/ha. Em 2014/15 a área diminuiu para 6,7 milhões de hectares, a produção caiu para 11,8 milhões de toneladas e a produtividade se manteve constante. A importação que era de 25,4 milhões de toneladas em 2004/5 aumentou para 74,0 milhões de toneladas em 2014/5. Em 2015 o Brasil exportou para a China 40,9 milhões de toneladas de soja em grão. No caso do milho as condições da oferta chinesa são melhores.

A questão na China, o artigo prossegue, é que as pressões de demanda de produtos agrícolas nos últimos anos vêm enfrentando restrições do lado da oferta (limitação de áreas aráveis, uso excessivo de fertilizantes, redução dos aquíferos, poluição etc.), apesar dos esforços do governo para modernizar a agricultura. O governo vem trabalhando para ser auto-suficiente em grãos, porem, o caso da soja mostra que essa meta é difícil. É possível que no futuro a meta de auto-suficiência seja direcionada apenas para arroz e trigo, embora até o momento tenha conseguido aumentar a produção

de milho de forma a satisfazer o consumo, em parte porque parte da demanda animal foi transferida para o trigo. É claro que a produção de qualquer grão só pode aumentar pelo incremento de área ou da produtividade. Em relação à área de cultivo o governo tem feito o máximo esforço para assegurar que a área atual da ordem de 120 milhões de hectares seja utilizada exclusivamente para fins agrícolas. A limitação de área arável na China é fato conhecido. A aritmética é simples, esse país alimenta 20% da população mundial com 8% de área.

Em termos de produtividade por área, nota-se que arroz e trigo já têm produtividades relativamente elevadas. Com relação ao milho a China encontra-se em quarto lugar (5,9 t/ha) depois dos Estados Unidos (10,9 t/ha), da União Européia (7,4 t/ha), e da Argentina (7,1 t/ha), mas antes do Brasil (5,0 t/ha). Talvez seja possível atingir níveis mais elevados, mas de forma lenta como indicam os dados passados. É fato que nos últimos anos a China tem lutado para aumentar a produtividade agrícola de forma geral. Expansão das áreas de irrigação e maior uso de fertilizantes tem sido os principais instrumentos. Porém, a água é cada vez mais escassa nesse país, e a quantidade empregada de fertilizantes por hectare já é a maior do Mundo. Difícil prosseguir com essa política.

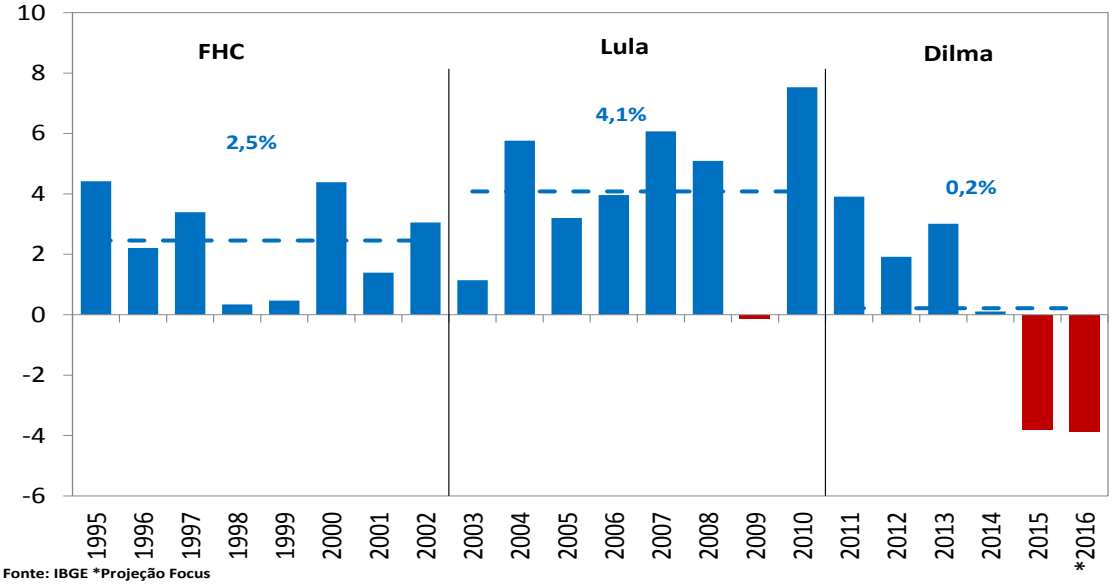
A principal conclusão: *vai ter* terá de ou precisará importar carne ou mais grãos, ou uma combinação deles. O Brasil poderá ser o grande beneficiário.

(*)Akihiro Ikeda foi Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda, Chefe da Coordenadoria Econômica do Ministro da Agricultura, Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz e Professor assistente de Estatística Econômica e de Econometria da FEA/USP.

ANEXO I: Alguns Indicadores da Economia Brasileira

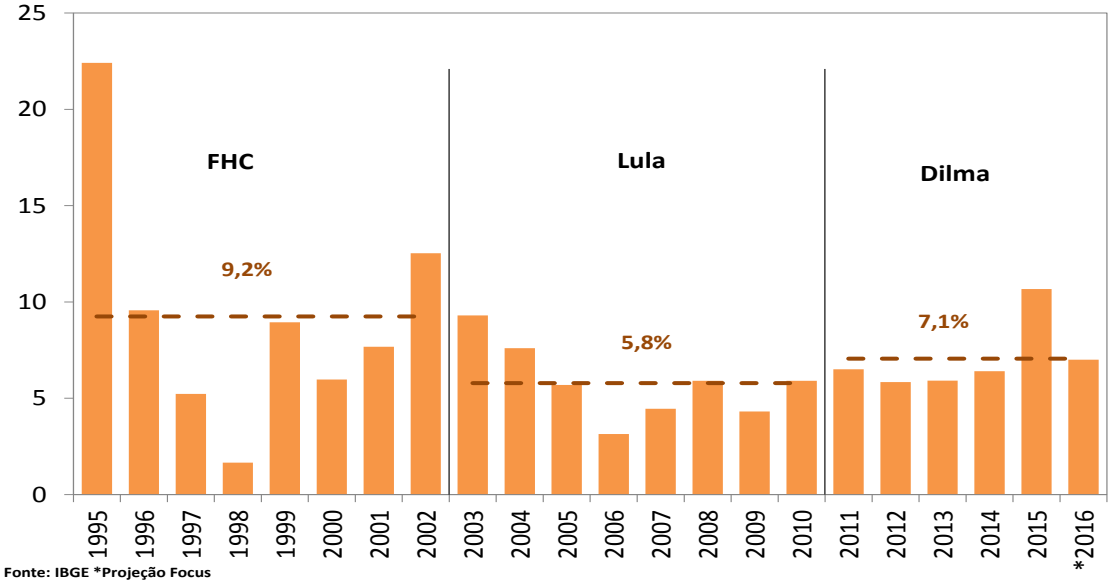
Os gráficos a seguir mostram o desempenho da economia brasileira nos últimos três governos: Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff. O primeiro teve o mérito de continuar o vigoroso combate à inflação, iniciada no governo Itamar Franco, de sanear o sistema bancário e de ordenar as finanças públicas; Lula da Silva beneficiou-se da maxi cambial do seu antecessor e da escalada mundial dos preços de commodities; e Dilma Rousseff sacrificou o crescimento através de uma política econômica que penalizou o investimento e a exportação. Apesar da elevação da carga tributária bruta provocou uma forte deterioração das finanças públicas.

Gráfico 1: PIB real, variação anual e médias dos períodos (%)



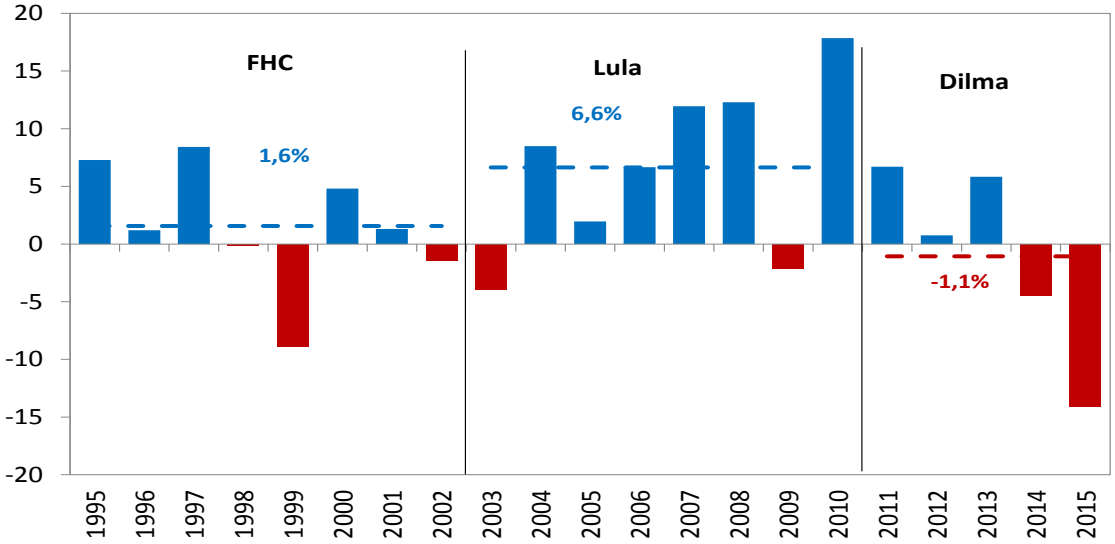
Fonte: IBGE *Projeção Focus

Gráfico 2: IPCA - Inflação anual e médias dos períodos (%)



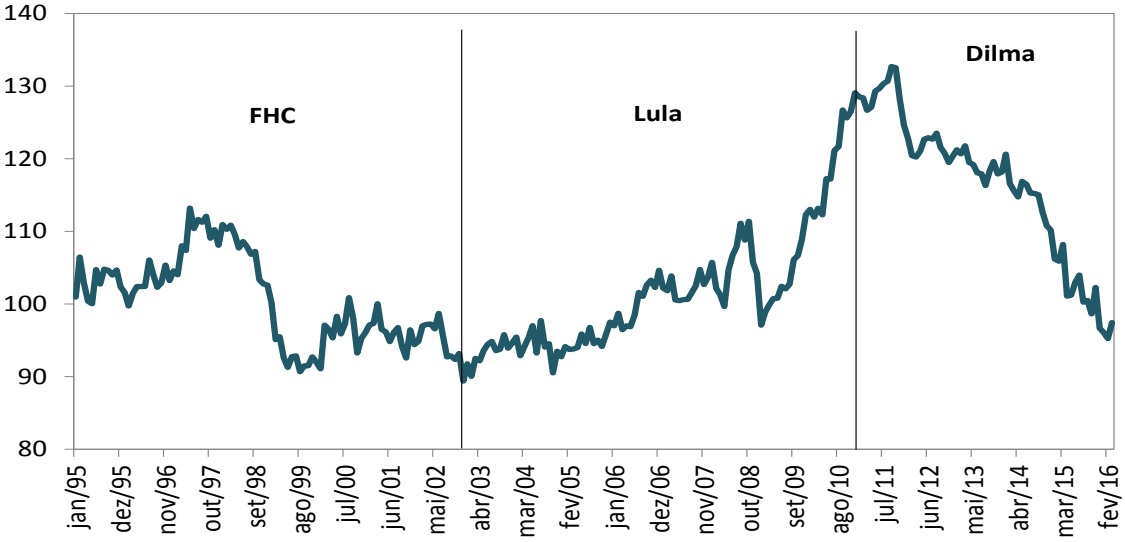
Fonte: IBGE *Projeção Focus

Gráfico 3: Formação bruta de capital fixo real, variação anual e médias dos períodos (%)



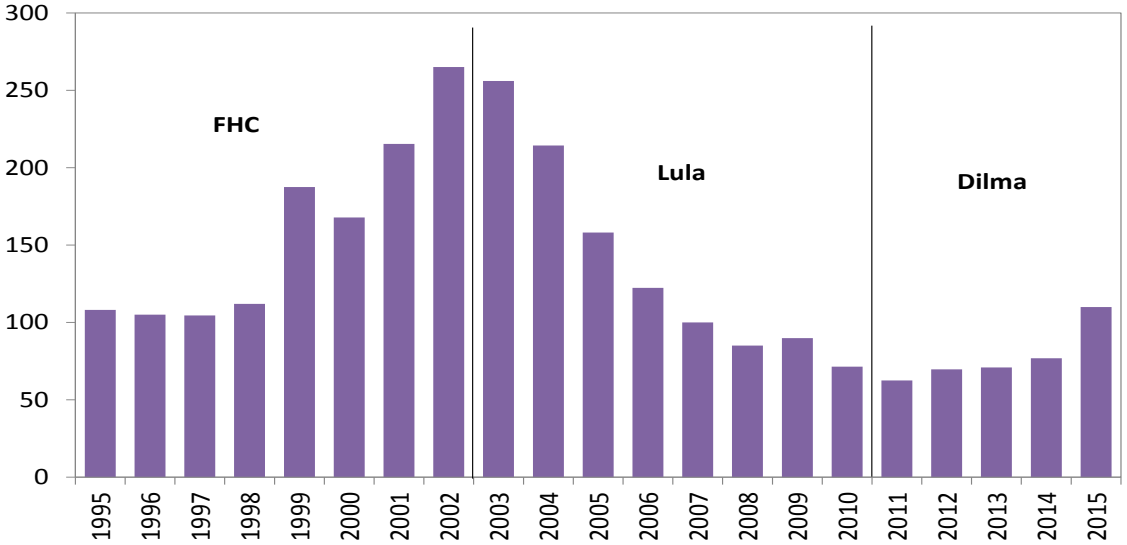
Fonte: IBGE

Gráfico 4: Termos de troca (preços de exportação/preços de importação) (2006=100)



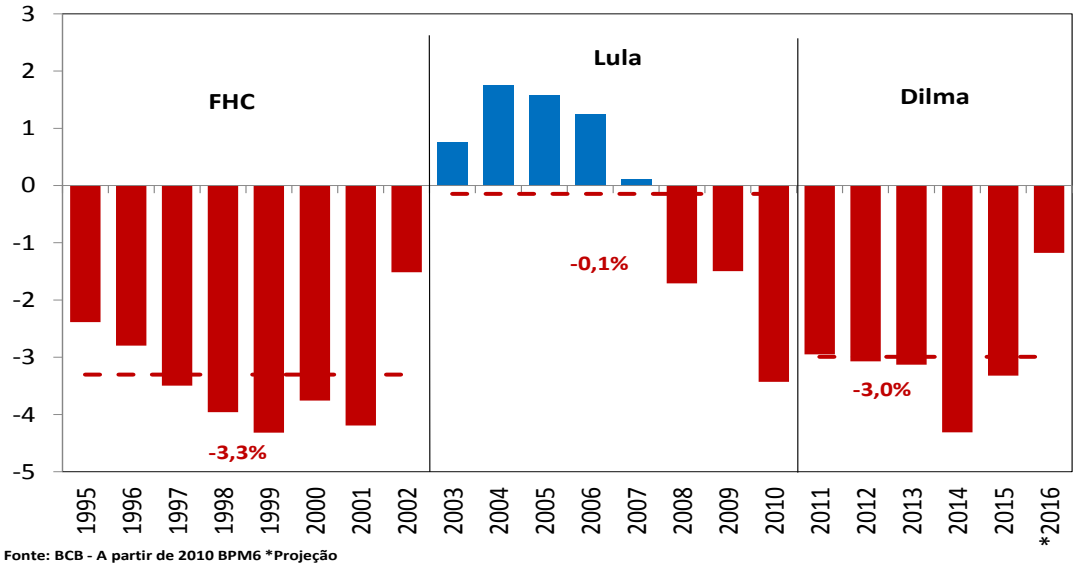
Fonte: Funcex

Gráfico 5: Taxa de câmbio real (taxa de câmbio nominal/salário médio nominal) (2007=100)



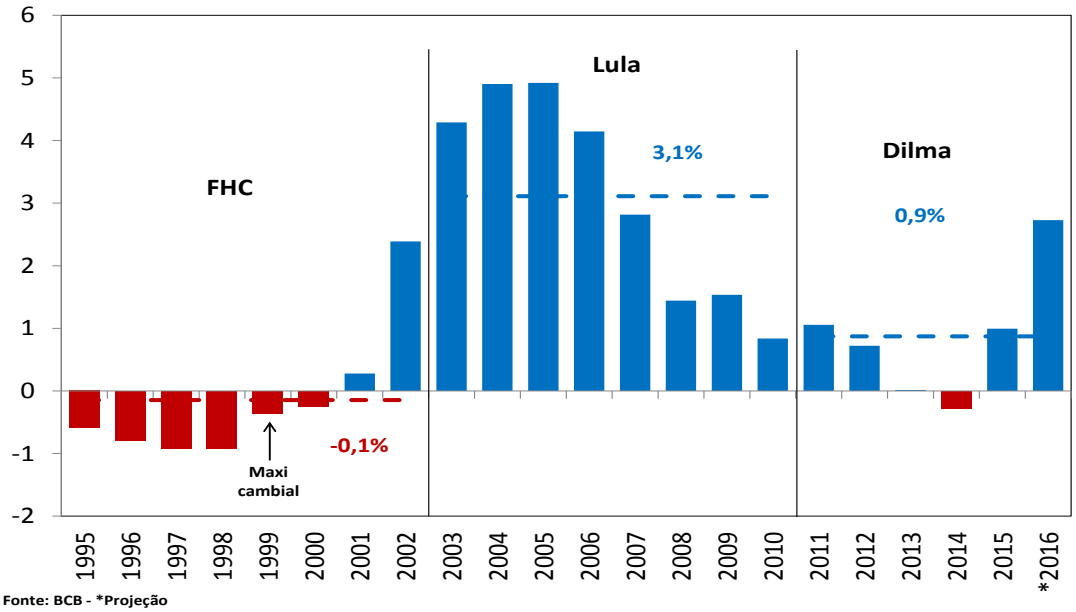
Fonte: BCB; Fiesp

Gráfico 6: Saldo em transações correntes, valores anuais e médias dos períodos (% do PIB)



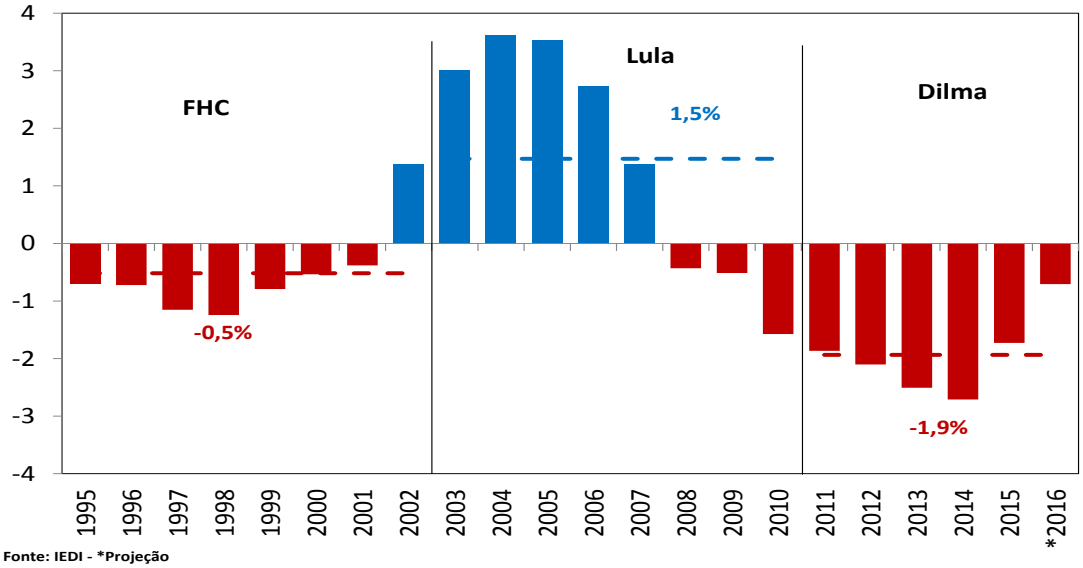
Fonte: BCB - A partir de 2010 BPM6 *Projeção

Gráfico 7: Saldo comercial, valores anuais e médias dos períodos (% do PIB)



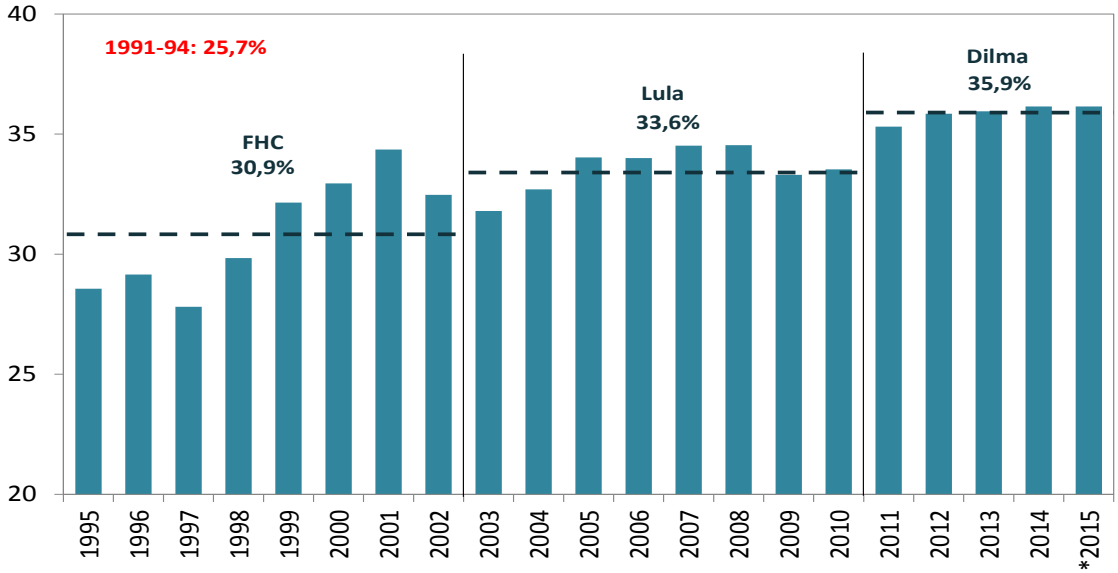
Fonte: BCB - *Projeção

Gráfico 8: Saldo comercial produtos industriais, valores anuais e médias dos períodos (% do PIB)



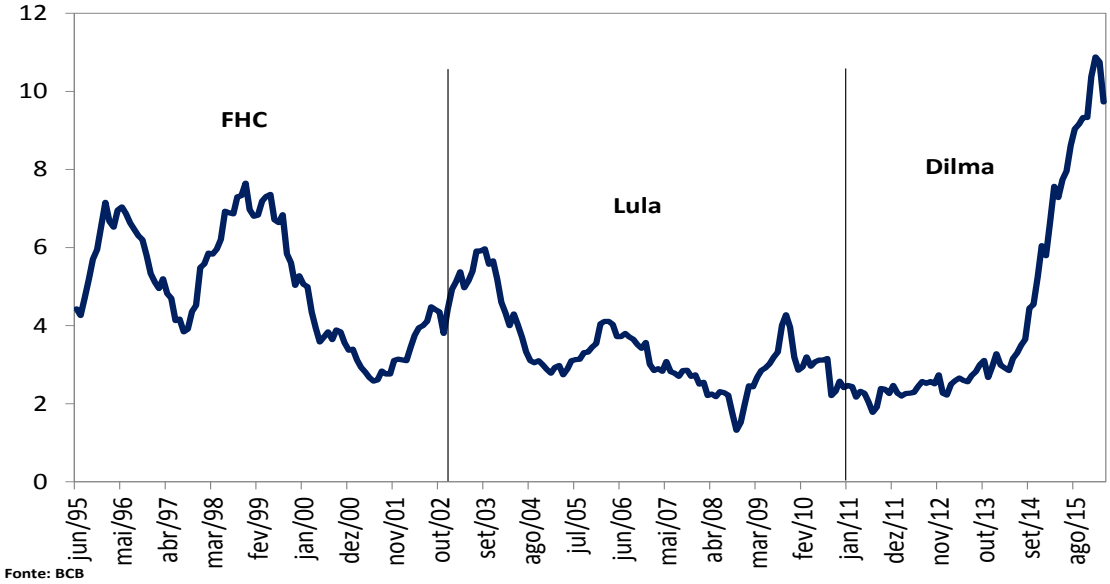
Fonte: IEDI - *Projeção

Gráfico 9: Carga tributária bruta (% do PIB)



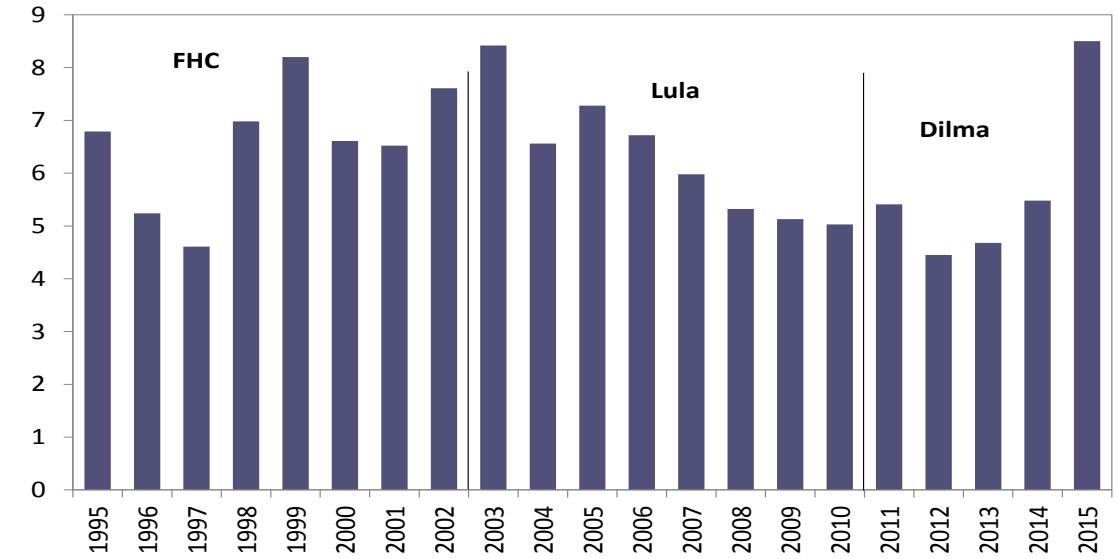
Fonte: Ministério da Fazenda. *Estimativa

Gráfico 10: Déficit nominal do setor público, acum. em 12 meses (% PIB)



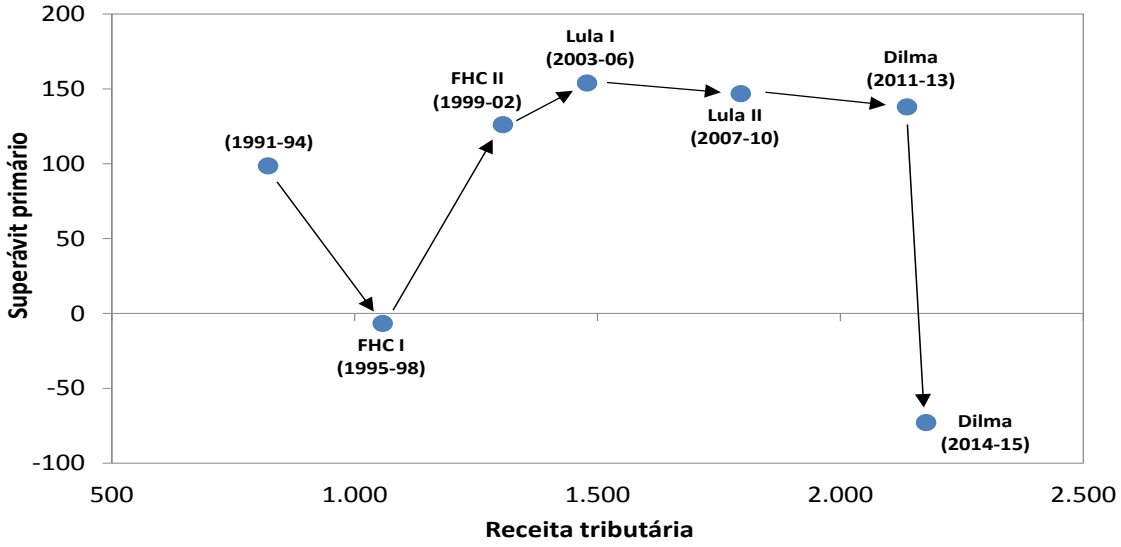
Fonte: BCB

Gráfico 11: Juros pagos pelo setor público (% PIB)



Fonte: BCB

Gráfico 12: Receita tributária e superávit primário do setor público, médias anuais de cada período (R$ de 2015, bilhões)



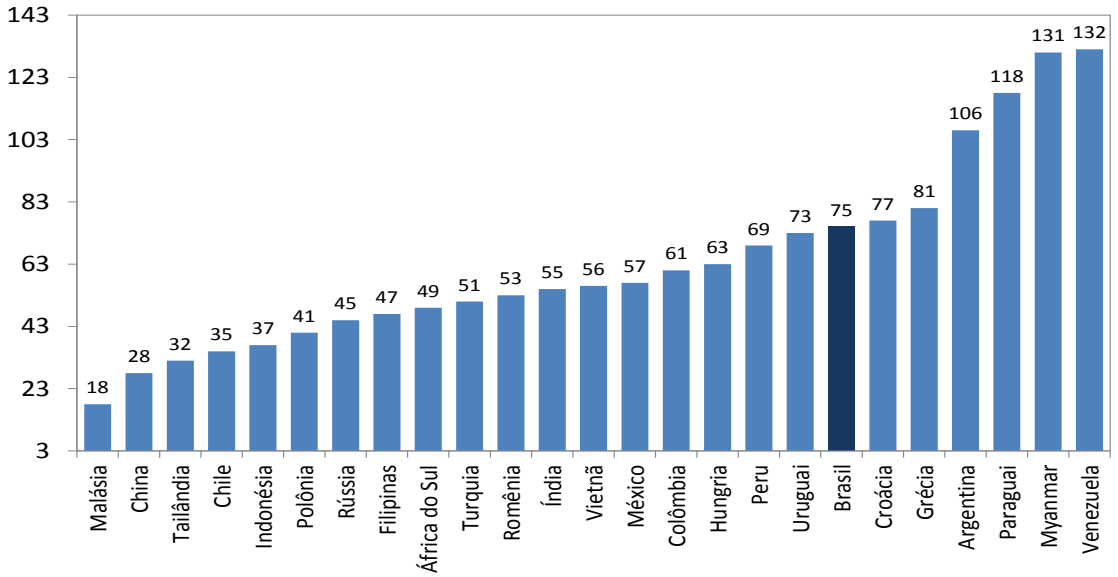
Fonte: BCB; IBGE; IBPT.

ANEXO II - Brasil e a Competitividade Global

O último Relatório do WORLD ECONOMIC FORUM que analisa os problemas de competitividade por países (The Global Competitiveness Report, 2015/2016) mostra o Brasil na 75ª posição (rank) entre 140 países. A Suíça é o país mais competitivo, tem rank 1, e a Guiné o último, rank 140. O Brasil encontra-se numa faixa intermediária, mas poderia estar em situação melhor quando se analisa os fatores que compõem a competitividade global.

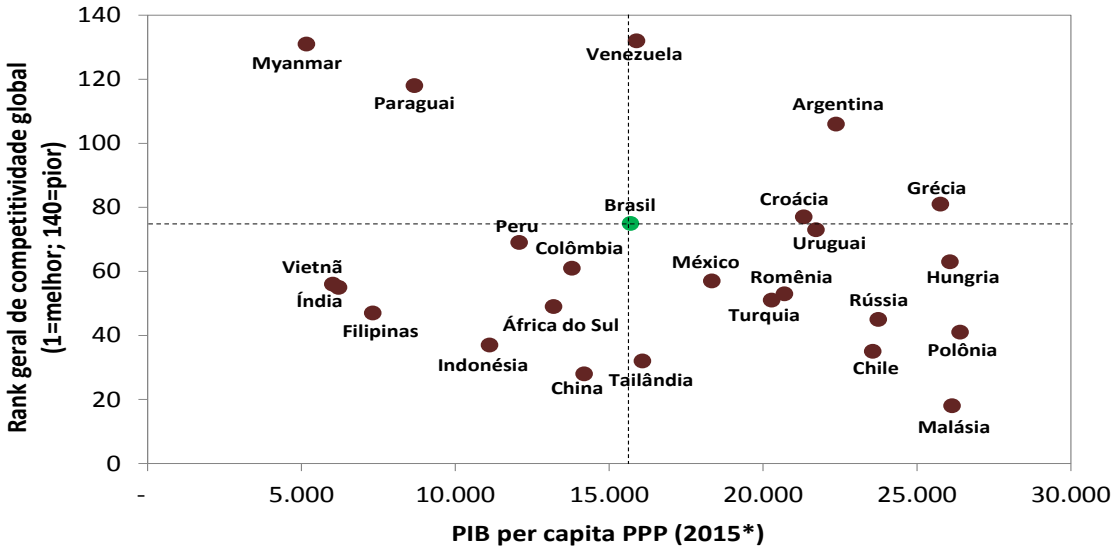
Os gráficos 1 e 2 mostram como o pais se situa entre os emergentes. Nessa amostra, piores do que o Brasil são Venezuela, Myanmar, Paraguai, Argentina, Grécia e Croácia. Porém, Myanmar e Paraguai estão em estágios iniciais de crescimento, não se podendo exigir muito em qualidade, sua renda bruta per capita está ao redor de US$ 5 mil em PPP. Assim, restam Venezuela, Argentina, Grécia e Croácia (com conflitos internos).

Gráfico 1: Rank de competitividade global (140 países)*



Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 *(1=melhor; 140=pior)

Gráfico 2: PIB per capita PPP e rank de competitividade global (140 países)



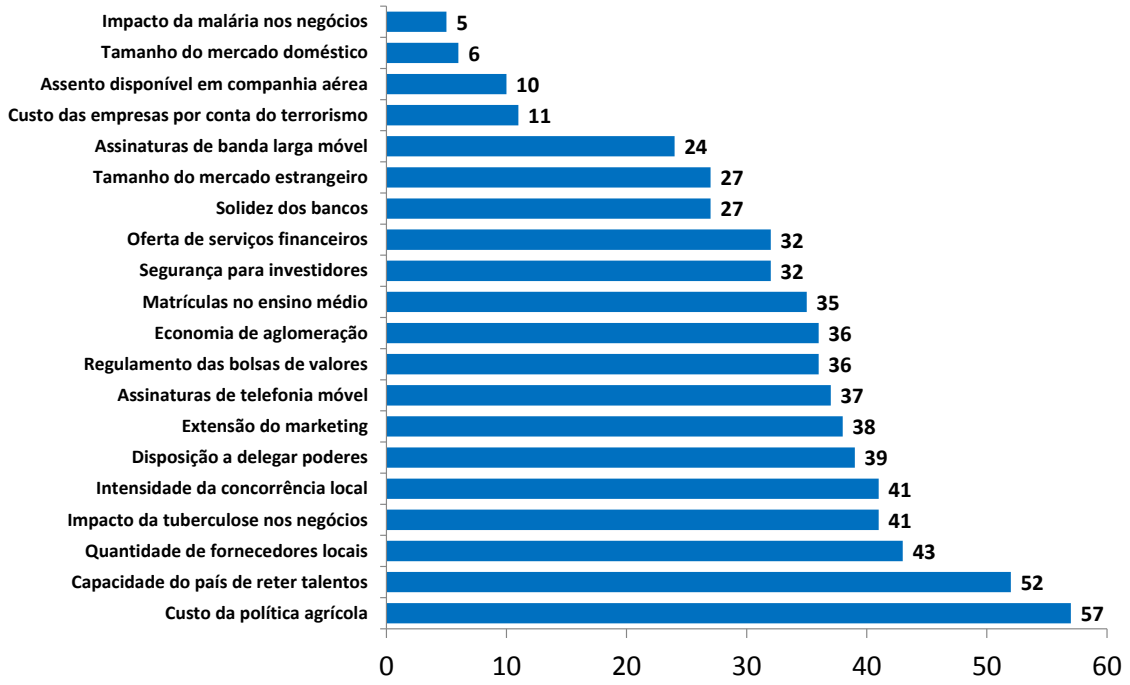
Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016; FMI *Estimativa

Ao se alinhar os principais fatores negativos e positivos que afetam a competitividade as coisas ficam mais claras. No gráfico 3 estão selecionados os 20 piores fatores e no 4 os vinte melhores, com os respectivos ranks. Nota-se que no rol dos fatores negativos aparecem os que dependem, em boa parte, da atuação do poder público. Alguns deles estão nas últimas colocações dentre 140 países. Uma pequena melhora da atuação do governo teria efeitos muito significativos para a economia e a população.

Gráfico 3: Brasil - Fatores negativos de competitividade global (rank 140 países)

Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 (1=melhor; 140=pior)

Gráfico 4: Brasil - Fatores positivos de competitividade global (rank 140 países)



Fonte: World Economic Forum - The Global Competitiveness Index 2015-2016 (1=melhor; 140=pior)

Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente
Isidoro Yamanaka – Vice Presidente
Kazuo Watanabe – Vice Presidente
Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária
Eiki Shimabukuro
Harumi Arashiro Goya
Henrique Shiguemi Nakagaki
Paulo Hirai
Pedro Paulo Cardoso de Melo
Roberto Yoshihiro Nishio
Toshiro Iwayama
Tuyoci Ohara

Comitê de Redação**:** Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku

Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhar para: Mitie Nagoshi Mantoku - e-mail: comissao.empresarial@bunkyo.org.br